

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UM ENSAIO
SOBRE O PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL**

LEONARDO DIAS NUNES

Florianópolis, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UM ENSAIO
SOBRE O PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas para obtenção de carga horária na
disciplina CNM 5420 – Monografia.**

Por: Leonardo Dias Nunes

Orientador: Marcos Alves Valente

Área de Pesquisa: História do Pensamento Econômico

Palavras – chaves:

- 1- Ignácio Rangel.**
- 2- Dualidade básica da economia brasileira.**
- 3- Contextualismo Lingüístico.**

Florianópolis, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno Leonardo Dias Nunes na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Professor Marcos Alves Valente
Orientador

Professor Nildo Ouriques
Membro

Professor José Antonio Martins
Membro

Florianópolis, 2008

*Dedico este trabalho aos meus pais,
João e Elisabeth,
e à meus irmãos
Joelisa e Júnior.*

AGRADECIMENTOS

Esta monografia materializa o resultado de um curso de graduação que levou cinco anos para ser completado. Certamente muitas pessoas auxiliaram na elaboração deste trabalho com conversas informais, indicações de bibliografia e sugestões de “como” e o “quê” fazer em uma monografia. De antemão afirmo que todas estas pessoas não se encontram nesta lista, não é o caso de falta de memória, mas sim, falta de espaço. Este trabalho tomou uma proporção, em páginas, maior que o esperado.

Primeiramente agradeço meu pai e minha mãe – João e Elisabeth –, estes sempre estiveram ao meu lado nos momentos em que eu tomava minhas decisões e confiaram em minhas idéias no momento em que resolvi vir para Santa Catarina estudar. Necessidade, realmente, nunca houve, afinal, em minha terra natal também há universidades. Na verdade, penso que a vontade maior era a de trilhar novos caminhos, pois, os já trilhados, existiam muitos.

Como não lembrar dos irmãos neste momento – Joelisa e Júnior –, estes que possuem um imenso carinho por mim, sentimento que é recíproco e que sempre foi demonstrado em todos os momentos desta jornada.

Ao meu orientador, agradeço a dedicação nestes mais de dois anos em que tivemos estudando. E, em nome dele, agradeço o NEPP (Núcleo de Pesquisas do Pensamento Político), grupo no qual fui muito bem recebido e que tive o primeiro contato com a metodologia de análise da história das idéias.

Agradeço aos professores do departamento de geografia Armen Mamigonian e José Messias Bastos por disponibilizarem material bibliográfico e atenção ao curioso estudante de economia que buscava conhecer o pensamento de Ignácio Rangel.

Aos amigos minha gratidão é dirigida de forma especial. À Fábio Pádua dos Santos agradeço pelos inúmeros momentos de discussão e pelas sutis críticas referentes ao capítulo da metodologia, estas sem dúvida estão marcadas no trabalho. À Ana Paula Colombi e Fernando Ferazza agradeço pela companhia nestes cinco anos e também por darem a forma mais acabada a este trabalho. Não menos importante é minha gratidão a Felipe Camargo Gaioto e Vitor Hugo Tonin, estes companheiros me ajudaram cotidianamente na elaboração deste trabalho.

Muito obrigado a todos.

Meu raciocínio supõe que, divorciada da história, a economia é um navio desgovernado e os economistas sem história não tem muita noção para onde o navio navega.

Eric Hobsbawm

É com sentimentos duvidosos que as entrego (minhas observações) ao público. Não é impossível que seja dado a este trabalho em sua indigência e nas trevas deste tempo, lançar luz numa ou noutra cabeça; mas, naturalmente, não é provável.

Ludwing Wittgenstein

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina

CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

PVC – Promessa de venda de câmbio

SUDENE – Superintendência de desenvolvimento do Nordeste

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Centro Dinâmico mundial/Produção Industrial	42
---	----

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a teoria da dualidade básica da economia brasileira formulada por Ignácio Rangel, assim como, encontrar as intenções autorais deste autor ao escrever sua obra *Dualidade básica da economia brasileira*, em 1953. Para realizar tal empresa busca-se transpor o método do contextualismo lingüístico, utilizado na análise da história do pensamento político para a análise da história do pensamento econômico. Tal método parte da premissa que o entendimento de uma obra se faz de melhor maneira ao se buscar a intenção do autor ao escrevê-la, desta forma, a obra é entendida como um instrumento de intervenção do autor dentro de um debate estabelecido. Para tanto, a análise da obra *Dualidade básica da economia brasileira* foi feita conjuntamente com a análise da formação intelectual e a atividade profissional do autor como técnico economista durante o segundo Governo Vargas (1951-54). Como resultado desta análise conclui-se que Ignácio Rangel tinha por objetivo influenciar os tecnocratas do aparelho estatal com suas idéias. Tais idéias propunham uma ação intervencionista do Estado brasileiro no comércio exterior, de forma que, o mesmo pudesse enfrentar a crise cambial decorrente do desequilíbrio externo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
LISTA DE QUADROS	vii
RESUMO	viii
CAPÍTULO 1 - INÍCIO DE UMA JORNADA	11
1.1 Introdução.....	11
1.2 Problemática.....	13
1.3 Objetivos.....	15
1.3.1. <i>Objetivo Geral</i>	15
1.3.2. <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.4 Metodologia.....	15
1.5 Marco Teórico	21
CAPÍTULO 2 – A DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: O MODELO RANGELIANO DE ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	23
2.1 Introdução.....	23
2.2 A Dualidade do direito brasileiro	24
2.3 As leis de funcionamento da dualidade	28
2.4 Os ciclos de Kondratiev e o modelo Rangeliano.....	28
2.5 Estrutura política da sociedade dual	31
2.6 A estrutura da economia brasileira	32
2.7 A primeira dualidade	33
2.7.1 <i>Conjuntura</i>	33
2.7.2 <i>Os sócios do pacto de poder</i>	34
2.7.3 <i>O processo de substituição de importações</i>	35
2.8 A segunda dualidade.....	36
2.8.1 <i>Conjuntura</i>	36
2.8.2 <i>Os sócios do pacto de poder</i>	38
2.8.3 <i>O processo de substituição de importações</i>	38
2.9 A terceira dualidade.....	39
2.9.1 <i>Conjuntura</i>	39
2.9.2 <i>Os sócios do pacto de poder</i>	40
2.9.3 <i>O processo de substituição de importações</i>	40
2.10 A quarta dualidade.....	41
2.10.1 <i>Conjuntura histórica e prognósticos para o futuro</i>	42
CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DAS INTENÇÕES AUTORAIS DE IGNÁCIO RANGEL....	46
3.1 Introdução.....	46
3.2 A formação do indivíduo.....	46
3.2.1 <i>Os primeiros anos em São Luís do Maranhão</i>	47
3.2.2 <i>O início das atividades políticas</i>	49
3.2.3 <i>O retorno ao Rio de Janeiro</i>	50
3.3 A política econômica do II Governo Vargas (1951-54): a fonte de inspiração de Rangel	52
3.3.1 <i>A eleição de Vargas: as heranças, as promessas e o clima de euforia</i>	53
3.3.2 <i>A política econômica de Lafer</i>	54
3.3.3 <i>A política econômica de Aranha</i>	58
3.4 Industrialização, planejamento e a ação política do técnico economista: a área de influência de Ignácio Rangel	62
3.4.1 <i>As origens do planejamento econômico</i>	62
3.4.2 <i>O planejamento econômico e seus atores</i>	64

3.4.3 <i>A atuação do técnico economista nacionalista</i>	65
3.4.4 <i>Conclusão parcial</i>	67
CAPÍTULO 4 – À GUIA DE CONCLUSÃO	68
4.1 Introdução	68
4.2.1 <i>Indicações de Rangel para a atuação do Estado na economia</i>	68
4.2 Conclusão	69
REFERÊNCIAS	72

CAPÍTULO 1 - INÍCIO DE UMA JORNADA

1.1 Introdução

Podemos afirmar que estudar a obra de Ignácio Rangel é um empreendimento que requer fôlego, este, entretanto, vem se tornando possível devido à publicação de suas *Obras Reunidas* no ano de 2005, fazendo muito mais fácil o acesso às principais obras do autor.

Rangel, é um autor que está situado entre os grandes intérpretes da economia brasileira, escreveu sobre diversos temas dentro da análise econômica, dentre estes cabe ressaltar o desenvolvimento econômico no Brasil, o planejamento econômico, a teoria da dualidade básica da economia brasileira, a inflação brasileira, a reforma agrária e a crise econômica da década de 1960. Todos estes temas abordados por Ignácio Rangel possuem algo em comum, todos são analisados pelo autor a partir de sua *teoria da dualidade básica da economia brasileira*. A referida teoria pode ser considerada como o fio condutor do pensamento do autor. As análises rangelianas em torno da inflação, da reforma agrária e de todos os temas que o autor se debruçou durante a vida tornam-se pouco inteligíveis sem o entendimento da teoria da dualidade.

Diante da constatação deste fato, no presente trabalho analisamos o aparato teórico criado por Rangel – a *dualidade básica da economia brasileira* – e a buscamos encontrar as intenções autorais de Rangel no momento em que escreve sua obra *Dualidade básica da economia brasileira*, em 1953. Esta escolha está amparada pelo método utilizado neste trabalho. Este, o contextualismo lingüístico, defende a idéia de que um texto histórico deve ser entendido como uma forma de intervenção do autor num debate estabelecido, logo, para se entender o que o autor quis dizer com o que ele disse no texto, devemos muito mais que ler um texto histórico, devemos também contextualizá-lo dentro do debate o qual seu autor participava. Por este motivo, após analisar a teoria da dualidade, também analisamos a formação intelectual do autor, a economia brasileira no momento em que este escreveu seu primeiro texto sobre a dualidade (1953) e a atuação do técnico economista dentro do aparelho estatal.

Por termos escolhido esta forma de analisar a obra de Rangel, outros relevantes temas – citados acima – teorizados pelo autor não são encontrados neste trabalho. Reconhecemos que este é um foco demasiado específico, mas também reconhecemos que experimentamos a dificuldade de navegar no oceano teórico criado por Rangel. Todavia, podemos afirmar que esta escolha é fruto de reflexões de caráter metodológico, sobre a densidade do pensamento

do autor e do conhecimento dos limites temporais que um trabalho monográfico possui. Este, não tem a pretensão de esgotar a análise do pensamento rangeliano, muito pelo contrário, pretendemos introduzi-lo e quem sabe iniciar um debate em torno do pensamento de Rangel e de outros demiurgos da análise da formação econômica do Brasil.

Com esta introdução, esperamos contextualizar o leitor sobre o conteúdo deste trabalho. Tal conteúdo reflete apenas uma pequena parte da obra de Rangel, todavia é uma parte de suma importância, pois, como já dito, a teoria da dualidade é a base sobre a qual foi construído o edifício de todo o pensamento rangeliano.

1.2 Problemática

O presente trabalho busca dar uma contribuição para a análise da história das idéias do período desenvolvimentista brasileiro. Este período, que se originou em 1930 e findou-se em meados da década de 1970, transformou enormemente as estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil.

Entretanto, tal trabalho não tem como objeto de estudo o período desenvolvimentista brasileiro, mas, este pode ser considerado como pano de fundo, o aspecto conjuntural do objeto em análise. O objeto de estudo do presente trabalho é a obra *Dualidade básica da economia brasileira*, escrita em 1953 por Ignácio Rangel.

Contudo, ainda cabe ser conceituado o que foi o desenvolvimentismo. Para tal tarefa recorreremos ao autor Ricardo Bielschowsky, este define tal processo da seguinte maneira.

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores econômicos em que a iniciativa privada seja insuficiente.¹

Cinco eram as correntes ideológicas que debatiam transformação da sociedade brasileira. Tal caracterização, feita por Bielschowsky, indica a primeira corrente como a *neoliberal*, representada pela dupla Eugênio Gudín e Octávio Gouveia Bulhões; a segunda corrente era o *desenvolvimentismo do setor privado*, com a representação de Roberto Simonsen; a terceira corrente da lista era o *desenvolvimentismo do setor público não nacionalista*, representado por Roberto Campos; a quarta corrente era caracterizada pelo *desenvolvimentismo do setor público nacionalista*, representada por Celso Furtado; por fim, o Partido Comunista Brasileiro determinava a análise do *desenvolvimentismo socialista* configurando a quinta corrente detectada pelo autor. Após a análise dessas linhas de pensamento, Bielschowsky inclui um capítulo sobre o pensamento desenvolvimentista *independente* de Ignácio Rangel, apresentado como um

¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000, p.7.

autor que, pela sua independência, não pode ser classificado em qualquer das correntes mais importantes: ele era um socialista que, do ponto de vista da “tática política”, aproximava-se da corrente desenvolvimentista nacionalista, mas do ponto de vista analítico e no que diz respeito a respostas concretas da política econômica, era um independente.²

Assim, eram estas as correntes ideológicas que estavam em conflito durante o período desenvolvimentista. Como se espera de todo conflito, neste existem ganhadores e vencedores. Neste trabalho, apresentamos a obra de um economista que não está situado entre os vencedores do debate intelectual da época, desta forma, buscamos mostrar a necessidade de não dar importância apenas ao pensamento vencedor e relatar o que pouco foi lido.

Os defensores das correntes citadas acima, de alguma forma, estavam ligados ao aparelho estatal. Alguns como representantes de classe, outros como técnicos. Esta última atividade é estudada por Lourdes Sola em sua obra *Idéias econômicas e decisões políticas*³. A autora defende a tese de que os técnicos economistas que desenvolveram atividades governamentais no período das décadas de 1950-60 eram formuladores de ideologia, ou seja, ao exercerem suas atividades buscavam influenciar as decisões dos burocratas do aparelho estatal quanto à política econômica.

As informações acima citadas são relevantes para entender a atuação do técnico economista das décadas de 1950-60. Ao relacionarmos estas informações o fato de que, no ano de 1953, Ignácio Rangel se encontrava trabalhando na Assessoria Econômica de Vargas e que, publicou sua obra *Dualidade básica da economia brasileira* para receber o título de economista – profissão que havia sido regulamentada em 1951 por Getúlio Vargas – podemos levantar as seguintes questões.

Qual era a intenção de Ignácio Rangel ao publicar sua obra Dualidade básica da economia brasileira? Outra questão também pode ser formulada ao aceitarmos a tese – de Lourdes Sola – de que o técnico economista buscava influenciar os burocratas tomadores de decisões: quais eram as medidas de política econômica propostas por Ignácio Rangel para influenciar os burocratas do aparelho estatal?

Buscamos responder as perguntas acima ao analisar a obra *Dualidade básica da economia brasileira*, escrita em 1953. Para realizar esta tarefa – de analisar o pensamento de

² Ibid, p.8.

³ SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998. 449p.

Ignácio Rangel – buscamos a fundamentação metodológica do contextualismo lingüístico. Este será apresentado na terceira seção deste capítulo.

Assim, na próxima seção, elencamos os objetivos que o presente trabalho visa alcançar.

1.3 Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Apresentar a *teoria da dualidade básica da economia brasileira* formulada Ignácio Rangel.

Encontrar as intenções de Ignácio Rangel ao publicar sua obra *Dualidade básica da economia brasileira*.

1.3.2. Objetivos Específicos

Transpor o método de análise da história do pensamento político da Escola de Cambridge para a análise da história do pensamento econômico.

1.4 Metodologia⁴

A metodologia escolhida para alcançar os objetivos propostos neste trabalho é o Contextualismo Lingüístico da Escola de Cambridge. Este método vem sendo utilizado para a análise da história do pensamento político por autores como Skinner⁵, Pocock⁶ e Dunn⁷ desde a década de 1960.

No entanto, foi Peter Laslett, outro historiador inglês, o autor que influenciou os três autores citados acima e que iniciou um debate com as correntes convencionais de análise da história das idéias. Quando fez a polêmica afirmação “no momento, (...) a filosofia política está morta” (Laslet, 1956, p. vii *apud* SILVA, p.2), num contexto de debate sobre o tratamento filosófico das idéias políticas, o historiador estava mirando as correntes que

⁴ Esta seção é uma revisão bibliográfica do Contextualismo Lingüístico que possui forte influência do texto: SILVA, Ricardo. **Pensamento político e história intelectual: o Contextualismo Lingüístico e o debate metodológico contemporâneo**. Florianópolis, 25p. Trabalho não publicado.

⁵ Quentin Skinner, professor de História Moderna da Universidade de Cambridge.

⁶ John Greville Agard Pocock, professor emérito de história da Universidade Johns Hopkins.

⁷ John Dunn, professor do Departamento de Política da Universidade de Cambridge.

defendiam o caráter intemporal das idéias dos grandes autores. Este autor afirmou em sua edição crítica dos *Dois Tratados sobre o Governo de John Locke* que “nosso primeiro propósito deve ser um modesto exercício de historiador – estabelecer os textos de Locke como ele gostaria que fossem lidos, fixá-los em seu contexto histórico, no próprio contexto de Locke” (Laslett, 1960, p.4 *apud* SILVA, p.2).

Outros autores também contribuíram para o debate metodológico do contextualismo lingüístico. Em artigo publicado em 1962, Pocock se preocupava em resgatar o pensamento político do domínio do tratamento filosófico dado aos clássicos. Para este autor, quando o historiador focava sua análise apenas nos textos clássicos do pensamento político, este deixava de buscar conexão entre o pensamento e o comportamento político de um dado momento histórico.

Dunn, em 1968, enfatizava na idéia de estudar a história das idéias como “história de uma atividade”, ou seja, assim como um pedreiro constrói casas os pensadores constroem idéias. Dunn criticava as construções de ficções devido ao tratamento das idéias fora do processo de pensamento de seus autores. Frisava também que “como toda atividade humana, a atividade de pensar ocorre num contexto que ao mesmo tempo restringe e capacita ação dos indivíduos.”⁸

Todavia, foi Quentin Skinner quem se debruçou mais sistematicamente na construção da metodologia contextualista, mirando sempre suas críticas à história das grandes idéias abstraídas de seus contextos. Ricardo Silva mostra as críticas de Skinner quanto à abordagem textualista e ao contextualismo social.

As críticas de Skinner à abordagem textualista da história das idéias focavam-se no entendimento de que uma obra literária era autônoma ao seu contexto de surgimento, ou seja, para entender uma obra literária segundo esta abordagem era necessário ler e reler os textos. Outras críticas se dirigiam contra a suposta idéia da existência de “elementos intemporais”, “idéias universais” e “sabedoria sem tempo de aplicação universal” na obras clássicas. Enfim, para Skinner, a análise da abordagem textualista tendia a criar mitologias e não história. Ricardo Silva cita e complementa o autor.

A abordagem dos textos clássicos por meio desse procedimento tendia a gerar não propriamente história, mas vários tipos “mitologias”. Dentre as principais mitologias denunciadas por Skinner encontram-se as seguintes: **a) mitologia da doutrina** (*Idem*, p. 32-38) – os enunciados dos autores clássicos, mesmo que esparsos e ocasionais, são forçosa e sistematicamente enquadrados em “doutrinas”, construções típico-ideais do próprio historiador, mas que este atribui ao universo das crenças do

⁸ SILVA, p.3.

autor estudado; **b) mitologia da coerência** (*Idem*, p. 39-43) – presume-se que o autor construiu (ou ao menos tentou construir) sistemas intelectuais fechados, em que todos os seus enunciados mantêm uma relação de coerência com os demais, o que impede o historiador de perceber as contradições entre os enunciados de um autor (usualmente apresentadas, quando percebidas, como “aparentes contradições”) ou suas mudanças de concepção a respeito de certos temas; **c) mitologia da prolepse** (*Idem*, p. 44-45) – confunde-se o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor, sendo este último negligenciado. O enunciado só revelaria seu significado no presente, conclusão que repousa sobre o contestável pressuposto teleológico de que a ação lingüística precisaria esperar pelo futuro para revelar-se totalmente; **d) mitologia do paroquialismo** (*Idem*, p. 45-47) – seguindo padrões atuais de discriminação e classificação, o historiador, em face de um mundo passado que lhe é estranho, constrói uma identidade entre o universo mental do autor do passado e o seu próprio universo atual de crenças, produzindo uma falsa familiaridade entre culturas muito distintas. A característica em comum a todas essas “mitologias” seria a produção de interpretações “anacrônicas”, mediante as quais se atribuem a determinado autor idéias e intenções cujos recursos lingüístico-expressivos eram ainda indisponíveis no contexto histórico do proferimento.⁹

Outra abordagem do pensamento que era alvo das críticas de Skinner era o contextualismo sociológico. Tal abordagem privilegia o contexto social para a compreensão de determinado texto. Para Skinner esta vertente confundia dois procedimentos intelectuais distintos. O primeiro é a determinação causal de uma idéia, já o segundo é a compreensão propriamente dita da idéia. Segundo Ricardo Silva,

A determinação das causas externas da ação lingüística seria um procedimento relevante para a explicação da referida ação. Todavia, isso estaria muito longe da exagerada e errônea presunção de que “as idéias de um dado texto devem ser compreendidas em termos de seu contexto social” (p.59), pois a compreensão de uma idéia enquanto ação lingüística significa algo mais do que sua explicação causal.¹⁰

Ao analisar as idéias desta forma, os contextualistas sociais, incorreriam no erro de analisar as idéias na sociedade e na política como algo desprovido de eficácia própria. Assim, este método não estaria preparado para explicar como um mesmo contexto social poderia abrigar, ao mesmo tempo, idéias que expressavam os mais variados conteúdos lingüísticos e valorativos, assim como, o fato de que os autores expressam diversas intenções.

A alternativa metodológica colocada por Skinner, tanto para o textualismo como para o contextualismo sociológico pode ser resumida em dois tópicos. O primeiro seria o resgate da tradição intencionalista da filosofia da história e o segundo seria a aplicação destes princípios na montagem de metodologia voltada pra interpretar textos.

⁹ SILVA, p.4

¹⁰ *Ibid*, p.5

Assim, sob a influência do historiador Collingwood, Skinner lança mão ao conceito de aspectos internos e externos de um acontecimento, conceitos que assim são descritos,

Por exterior do acontecimento, entendo tudo o que lhe pertence, mas que pode ser descrito em termos de corpos e de seus movimentos: a passagem de César, acompanhado por certos homens, dum rio chamado Rubicão, em certa data, ou o derramamento do seu sangue sobre o soalho do Senado, noutra data. Por interior do acontecimento, entendo aquilo que nele só pode ser descrito em termos de pensamento: o desprezo de César pelas leis da República ou a divergência de política constitucional entre ele e os seus assassinos. (Collingwood, s. d., p. 266 *apud* SILVA, p. 5)

Desta forma, Skinner entende que o início da investigação deve começar pelos atos externos (descrição dos fatos), mas que só se completaria quando fosse descoberta a relação dos aspectos externos com os aspectos internos (referentes ao nível do pensamento). Ricardo Silva demonstra amparo o intelectual de Skinner e outras críticas levantadas pelo autor na seguinte passagem,

É o historicismo collingwoodiano que está subjacente à convicção de Skinner de que a história do pensamento político deve ater-se ao contexto imediato da produção dos textos cujos significados o historiador pretende compreender. A inexistência de “idéias perenes” na história da teoria política decorre do fato de que todo autor, por mais genial que seja, está irremediavelmente situado num universo de convenções lingüísticas que são, ao menos em parte, exclusivas do passado. A tentação de uma historiografia “presentista”, motivada pelo desejo de se apreender diretamente dos textos dos autores clássicos as soluções dos problemas atuais, apresenta não somente como um equívoco teórico, mas também como um erro moral, uma vez que tal procedimento representa uma espécie de evasão da tarefa intransferível de encontrarmos, mediante nosso próprio esforço, as possíveis soluções para nossos dilemas políticos e morais.¹¹

Se por um lado é o historicismo de Collingwood uma das bases da metodologia que Skinner vem desenvolvendo, outra base de sua metodologia é o conceito de “significado” de Ludwig Wittgenstein, importante conceito na teoria da interpretação de textos históricos. Da afirmativa de Wittgenstein “palavras também são atos”¹² Skinner “procura elaborar o princípio pragmático de que o significado dos atos lingüísticos depende de seus usos em determinados jogos de linguagem.”¹³ Para tal empresa, o autor recorreu à influência do filósofo anglófono J. L. Austin, que juntamente com outros filósofos elaboraram sob a noção wittgensteiniana de significado a “speech acts theory”. Austin afirmava que os enunciados lingüísticos deveriam ser estudados não apenas a partir de suas funções constatativas¹⁴, mas

¹¹ Ibid, p.6

¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p.197.

¹³ SILVA, p.6

¹⁴ Segundo o autor as funções constatativas podem ser representadas como descrições, ou seja, podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas.

também, a partir de suas funções performativas¹⁵. Assim, Austin distingue três dimensões dos atos de fala:

1. Dimensão locucionária (of saying): conteúdo proposicional do proferimento, manifestado no ato de dizer algo.
2. Dimensão ilocucionária (in saying): relativa ao que o falante está fazendo ao dizer algo.
3. Dimensão perlocucionária (by saying): relativa aos efeitos do ato de fala tanto para o ouvinte como para o falante, aquilo que ocorre por se dizer.

Austin procura enfatizar a dimensão ilocucionária dos enunciados negligenciada pelas teorias convencionais, assim afirma,

É na dimensão ilocucionária de um enunciado que reside sua *força* enquanto ação, força que se identifica com intenção do agente *ao dizer* o que disse em determinado contexto de convenções lingüísticas. Se a intenção de alertar alguém pode ser reconhecida como uma intenção possível no âmbito das convenções disponíveis ao agente na ocasião da emissão de um ato de fala, pouco importa o fato de que tal intenção resulte nos efeitos desejados pelo emissor, visto que a força ilocucionária de um ato de fala não se confunde com seus efeitos perlocucionários (Austin, 1975, p. 110, apud SILVA).

Skinner, em sua teoria da interpretação, usa de forma sistemática a taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin. Assim descreve Ricardo Silva,

Num primeiro momento, Skinner estabelece uma equalização entre a compreensão do significado de um texto e o resgate da intenção ilocucionária do autor. Compreender o *significado* de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo. Para isso, dever-se-ia estudar o modo como a intenção do autor se inscreve no contexto de convenções lingüísticas em que o texto foi produzido (Skinner, 1988a, p. 63-64). Em momento posterior, em face das críticas ao que se denunciava uma noção reducionista e excessivamente estrita de significado, Skinner passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo. Primeiramente, há o que o autor designa *meaning 1*, significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: ‘O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?’ (Skinner, 1988b, p. 70). Este tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. Em seguida Skinner refere-se ao *meaning 2*, associado à questão: ‘O que isto significa para mim?’ (1988b, p. 70) Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que dá surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último há o que Skinner denomina *meaning 3*, que está em jogo quando se pergunta: ‘O que o autor quis dizer com o que ele disse nesta obra?’ (1988, p.70)¹⁶

¹⁵ As funções performativas possuem uma *força* que não se julga como verdadeira ou falsa. Estas caracterizam a emissão de um enunciado como o efetuar de uma ação.

¹⁶ SILVA, p.7

Skinner afirma que para realizar o que propõe a sua metodologia existe a necessidade do historiador se concentrar na terceira concepção de significado descrita acima, ou seja, para se fazer uma interpretação que busca resgatar o significado histórico dos textos no passado, apenas o *meaning 3* é conectado à intenção autoral presente na escritura dos textos.

Skinner ainda soma outra distinção estratégica para a defesa de sua metodologia. Esta distinção é a diferenciação entre os motivos e as intenções que levaram um autor a escrever um texto. Ricardo Silva explicita a diferenciação destes conceitos da seguinte forma,

os motivos de um autor podem ser examinados como causas externas de um enunciado lingüístico cristalizado no texto, causas que se conectam apenas de modo contingente com tal enunciado. Por outro lado, sua intenção ao escrever o texto, intenção incorporada na própria ação lingüística, não exterior a ela, “deve ser tratada como uma condição necessária para o que se possa interpretar o meaning 3 de suas obras”(1988b, p.77).¹⁷

Desta forma, como explica Ricardo Silva, os motivos que levaram um autor a escrever um texto, não necessariamente, se relacionam com o conteúdo do mesmo. Outro fato, completamente distinto, são as intenções autorais do autor ao escrever o texto. A apreensão destas se materializam, segundo Skinner, no momento em que se faz uma “redefinição da intenção ilocucionária do autor do texto”¹⁸, ou seja, no momento em que se define o que o autor estava fazendo ao escrever seu texto.

Por fim, cabe salientar que ao enfatizar as intenções autorais para entender o significado histórico de um texto, Skinner, parte do pressuposto que todo autor – principalmente aquele que escreve textos políticos – está imerso num ato de comunicação ao escrever os seus textos e busca ser compreendido, sendo assim, este se esforçará para usar termos convencionais de comunicação acerca do que escreve.

Sabemos que esta pequena seção sobre a metodologia em questão não está completa e que não pode ser muito mais profunda. Uma monografia que tenha por objetivo dissertar sobre um debate metodológico que se iniciou na década de 60 correria um grande risco de estar incompleta. Mas este não é o objetivo do presente trabalho, este se propõe à tentativa de transpor o método de análise da história do pensamento político para a análise da história do pensamento econômico, tendo como foco principal a obra *A da dualidade básica da economia brasileira* de Ignácio Rangel.

¹⁷ Ibid, p.8

¹⁸ Ibid, p.8

Na próxima seção deste trabalho, apresentamos como apreendemos os conceitos da metodologia do contextualismo lingüístico para analisar a obra *Dualidade básica da economia brasileira*.

1.5 Marco Teórico

Como explicitado no final da seção anterior, buscamos com este trabalho transpor o método criado para a análise da história do pensamento político para a análise da história do pensamento econômico. A primeira vista tal tarefa pode parecer criativa, todavia, afirmamos que criativos foram os formuladores da metodologia e do objeto de estudo aqui expostos.

Para realizar tal transposição, primeiramente, partimos da premissa básica de que tal empresa é realizável. Feita esta convenção, admitimos – assim como Skinner – que o autor de textos econômicos busca ser entendido e, por isso, utiliza das convenções lingüísticas de seu momento histórico para que seus interlocutores o entendam. Por fim, acatando a premissa de Skinner de que na análise do pensamento político não há problemas perenes nem sabedoria universal, adotamos esta premissa para a análise do pensamento econômico. Assim, ao analisar o pensamento econômico, o historiador das idéias deve averiguar quais eram os problemas – teóricos e reais – os quais preocupavam os economistas em estudo, assim como de que forma estes buscavam intervir na realidade com seus textos.

O contexto histórico em que a obra *Dualidade básica da economia brasileira* surgiu foi o desenvolvimentismo, momento de intensa discussão sobre o processo de industrialização brasileira. Precisamente, a obra foi escrita já na segunda metade do segundo Governo Vargas (1951-54). Com a posse destes dados podemos fazer a seguinte inferência: se analisássemos a obra de Ignácio Rangel apenas a partir de seu contexto de seu surgimento, tal procedimento nos ajudaria apenas a determinar as causas externas que levaram o autor a escrever seu texto, ou seja, seria um procedimento descritivo, que faria relações entre a obra e seu contexto histórico. Com este procedimento, não haveria a possibilidade de encontrarmos as intenções autorais – de acordo com o conceito de Skinner – de Rangel em sua obra. Se tivéssemos focado o entendimento da obra de Rangel apenas a partir do texto em si, estaríamos utilizando procedimentos intelectuais que poderiam nos levar à criação de mitologias em relação à obra *Dualidade básica da economia brasileira*. Ou seja, poderíamos buscar uma coerência

inexistente na obra, ou até entender conceitos do autor de forma diferente que o mesmo quis abordar. Assim, neste momento estaríamos fazendo uma análise anacrônica.

Diante das insuficiências dos contextos social e textual demonstrados acima, adotamos o contextualismo lingüístico como método de análise da obra de Ignácio Rangel.

Desta forma, analisamos a obra de Rangel a sob o seguinte enfoque. Primeiramente, buscamos apreender a *dimensão locucionária dos atos de fala* de Ignácio Rangel. Buscamos principalmente entender a construção teórica do autor, esta que supõe que a sociedade brasileira é uma construção dual.

Após este primeiro passo, buscamos apreender a *dimensão ilocucionária dos atos de fala* de Ignácio Rangel. Esta dimensão foi buscada em três diferentes níveis de análise, estes se referem: à vida pessoal do autor; à política econômica que estava sendo implementada no Brasil durante o Governo Vargas; à atuação do técnico economista dentro do aparelho Estatal. Com estes três passos buscamos encontrar as intenções autorais de Ignácio Rangel.

Num terceiro momento, buscamos analisar as mudanças que Rangel propunha para a economia brasileira em sua obra. Ou seja, após encontrar suas intenções, buscamos verificar em maior nível de detalhamento como Rangel buscava influenciar seus interlocutores com sua obra.

Assim, espera-se analisar a obra de Ignácio Rangel a luz do contextualismo lingüístico.

CAPÍTULO 2 – A DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA: O MODELO RANGELIANO DE ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Meus estudos levaram-me a conclusão de que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuo a esse termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional – são mistos, tem dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente.

Ignácio Rangel, Prefácio à Dualidade básica da economia brasileira.

2.1 Introdução

Com o presente capítulo temos por objetivo entender a *dimensão locucionária dos atos de fala* de Ignácio Rangel na obra *Dualidade básica da economia brasileira*, ou seja, entender o conteúdo proposicional do proferimento do autor. Todavia, o próprio autor da obra afirma que estes seus primeiros escritos sobre a *teoria da dualidade* não estavam claros e que poderiam ser melhorados.

De acordo com esta afirmação, buscamos em outros escritos do autor o entendimento da teoria criada por ele. Tal procedimento nos parece aceitável, pois em sua obra escrita em 1953, Rangel, primeiro apresenta sua teoria e, em seguida, apresenta suas proposições para a economia brasileira.

Paulo Mercadante em seu artigo – *Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade*¹⁹ - nos indica o método utilizado por Rangel para criar sua teoria. Para o autor, a metodologia empregada pelo autor foi

o historicismo germânico revisto por Marx e Engels, construtivo no texto de Hegel, na forma que foi estabelecida para o descobrimento das correlações múltiplas das coisas, permanecidas ocultas para a observação microscópica [...]. Ele estabeleceu o modelo para a observação estrutural e ainda sensibilizara os humanistas para o contexto total dos fatos históricos [...].

fora também um fanático pela idéia de um Estado todo poderoso, autoritário, dirigista. ‘O Estado, escreveu, é a realização da liberdade, objetivo absoluto para que exista por si mesmo. Todo o valor que o homem tem, toda a realidade espiritual, só a tem através do Estado. O Estado é a idéia divina, tal como ela existe na terra’ [...].

Por fim, em Ignácio Rangel o humanismo manifestou-se na dialética. Exercitou-se na abstração segundo o conceito clássico. Com os fundamentos do pensador

¹⁹ MERCADANTE, Paulo. Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade . In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1.:1994:Florianópolis, SC) **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos...[et al.]; Armen Mamigonian, org. – Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. p.40-48.

germânico, acrescidos da contribuição da esquerda hegeliana, recorreu à economia clássica e liberal, bem como a dados empíricos e estatísticos.

O primeiro traço deste método pode ser percebido logo que Rangel inicia sua exposição sobre a *dualidade*. Nesta, o autor nos afirma que no momento de chegada dos colonizadores europeus no território brasileiro ocorreu um grande choque. Este era caracterizado pelo encontro de duas civilizações em momentos distintos de evolução, ou seja, com modos de produção diferentes. Deste encontro, nenhuma civilização foi suprimida, assim como não houve uma mistura que daria um maior grau de homogeneidade à sociedade. Na opinião do autor, o que ocorreu foi à coexistência de duas realidades distintas em um mesmo território, formando assim uma dualidade. De um lado, uma com um grau bastante baixo de desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, uma que representava o estágio de desenvolvimento mais moderno na humanidade. Assim, configurava-se a coexistência de sociedades não contemporâneas.

Ao prefaciar seu livro – *Dualidade básica da economia brasileira* – Ignácio Rangel, além da passagem que se encontra no início deste capítulo, afirma também que sua tarefa era entender as leis que regiam a economia brasileira. Leis estas que são duais por excelência, tanto em suas relações internas, como em suas relações com o estrangeiro.

Para realizar a tarefa que se propõe, o autor remonta sua análise à história europeia do final do século XIII, época das grandes navegações, estas que entraram em contato com as Américas e as colonizaram, definindo assim a história deste continente.

Recorremos ao mesmo artifício utilizado por Rangel para apresentar sua teoria, ou seja, descrevendo as dualidades e suas mudanças através do tempo. Desta forma que percorremos as linhas deste capítulo.

2.2 A Dualidade do direito brasileiro

Rangel afirma que a Europa era tomada pelo modo de produção feudal em fins do século XIII, todavia, este continente também possuía fulcros do nascente capitalismo mercantil. Assim, os europeus, ao entrarem em contato com as Américas, fizeram força para impor relações tipicamente feudais no que concerne aos aspectos econômicos e jurídicos. O

grande traço feudal destas relações foi celebrado com o Tratado de Tordesilhas.²⁰ Segundo o próprio autor,

a Europa tudo o fez para enquadrar a América numa carapaça feudal e o marco mais em vista desse esforço seria o Tratado de Tordesilhas, o qual, ao mesmo tempo que dividia o continente americano entre as coroas de Espanha e Portugal, estatuiu que todas as nossas terras pertenciam ao rei – um ou outro, pouco importava, do nosso ponto de vista. E, mesmo quando outros soberanos europeus – como Francisco I da França, que queria ver a cláusula do testamento de Adão, legando o mundo à Espanha e a Portugal – puseram em dúvida a validade de Tordesilhas, foi para reclamar sua parte no espólio, não para discutir a validade do instituto que fazia de nossas terras, ainda por descobrir, propriedade de um soberano europeu qualquer e que, para nós, significava que se firmava um dos princípios sobre os quais se ergue o edifício do direito feudal: *all land is king's land*, isto é, toda terra pertence ao rei.²¹

O autor, que era advogado de formação, afirmava que o primeiro dispositivo do direito feudal se caracterizava pelo fato do rei possuir a propriedade direta ou nua de toda a terra sobre a qual se estendia a sua soberania. O segundo dispositivo preconizava que toda terra deveria ter um titular de seu domínio útil, e este deveria ser integrado à classe dominante. O primeiro dispositivo é resumido na frase, *all land is king's land*, ou seja, toda terra pertence ao rei, já o segundo na frase *nulle terre sans seigneur*.²²

Assim, para o autor, o feudalismo no Brasil teve seu início com a afirmação da propriedade, ou seja, com primeiro dispositivo do direito feudal. Já o segundo dispositivo tardou para cristalizar-se no Brasil, fazendo com que fosse substituído por outros modos de produção, de tal modo que, o feudalismo brasileiro – instituído pelo Tratado de Tordesilhas – passou a ter um conteúdo não feudal.

Rangel afirma que existiram relações de suserania e vassalagem neste período, típicas do modo de produção feudal, entre os donatários e os reis. Porém, entre os donatários e seus vassalos estabeleceram-se relações típicas de modos de produção mais primitivos. Tal fenômeno refletia o estágio de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas no território brasileiro.²³

Seguindo seu raciocínio, o autor afirma que o feudo europeu se diferenciava do feudo formado no território brasileiro. O primeiro era dual na medida em que possuía uma estrutura

²⁰ Tratado firmado na povoação castelhana de Tordesilhas, em sete de junho de 1494, entre Portugal e Espanha, definindo a partilha do chamado Novo Mundo entre ambas as Coroas.

²¹ RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: **Obras Reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005. v. 2, p. 655-6556.

²² A tradução literal de tal frase seria “nula terra sem senhor”, no entanto parece ter pouco sentido se traduzida desta forma. Talvez uma melhor aproximação do significado da expressão seria “a terra sem senhor é nula” ou “nula é a terra sem senhor”.

²³ Para facilitar a apresentação usamos o adjetivo “brasileiro” para se referir ao território que viria ser o Brasil, mesmo sabendo que este Estado ainda havia se conformado.

que já havia se desenvolvido para um estágio superior de desenvolvimento, ou seja, o capitalismo mercantil. O segundo, também dual, possuía um lado pré-feudal, configurado por um conjunto heterogêneo de relações. Constituíam-se assim no território brasileiro “uma formação feudal, que associava, em união dialética, um lado feudal com outro pré-feudal.”²⁴

Ao continuar a mesma linha de pensamento o autor afirma,

Este lado interno distava muito de ser homogêneo, visto que comportava elementos importantes de várias formações sociais pré-feudais: desde a comunidade primitiva (dos índios, dos quilombos negros) até a escravidão, para a qual tendia o sistema, passando, como na história clássica, por formas transitentes de patriarcalismo e de teocracia (dos Ramalhos, dos Caramurus e dos jesuítas, respectivamente). O período colonial comportaria a evolução e a convergência de todas essas formas, para a escravidão desenvolvida ou greco-romana, como formação dominante do lado interno da formação dual. As outras formações – de patriarcalismo pré-escravista, da própria comunidade primitiva, da teocracia, também pré-escravista, e alguns prenúncios de feudalismo, no seio das fazendas de escravos e nalgumas regiões do país – não comprometiam o caráter inequivocadamente escravista do sistema, visto pelo seu lado interno. Um direito inspirado cada vez mais no direito romano tendia a dividir a sociedade em apenas duas classes: os senhores e os escravos.²⁵

O autor ainda explica que para se configurar o feudalismo – neste que ele chama de lado interno da economia – existia a necessidade de se cumprir duas condições. A primeira se referia a não existência de uma população “afeita a produzir a própria vida nas condições da agricultura sedentária enquadrada na pequena exploração agrícola.”²⁶ Já a segunda mencionava que a ocupação do território pelos senhores escravos apenas havia começado, logo não havia como conter as pequenas explorações agrícolas independentes, assim como o nomadismo indígena e os quilombos de negros. No primeiro caso, estas organizações agrícolas independentes se configuravam casos excepcionais, já no segundo, eram fatos recorrentes que demonstravam a vontade de retorno à vida primitiva. Assim, o autor faz uma afirmação que de início parece espantosa “Nessas condições, a fazenda de escravos, assente na coerção direta do trabalhador, era a forma mais dinâmica e progressista de organização do trabalho social.”²⁷ Todavia, quando comparamos a escravidão com a organização pré-capitalista dos quilombos e do nomadismo indígena, assim como a pouca possibilidade de haver pequenas explorações agrícolas, torna-se inteligível a afirmação do autor.

Concluindo seu pensamento quanto à formação do pólo interno da economia brasileira Rangel afirma,

²⁴ Ibid, p.658

²⁵ Ibid, p.658

²⁶ Ibid, p.658

²⁷ Ibid, p.658

O latifúndio escravista dos tempos coloniais e dos primeiros tempos de monarquia independente (com exceções, especialmente neste último caso, notadamente no pampa gaúcho e em certas faixas do sertão árido do Nordeste) não aspirava sequer ao monopólio da terra pela classe dos senhores (*nulle terre sans seigneur*). Por tudo isso, seu feudalismo limitava-se a “relações externas”, que eram inquestionavelmente feudais (relações de suserania-vassalagem), para o que existiam condições econômicas e (desde Tordesilhas) jurídicas.²⁸

Assim colocado, Ignácio Rangel afirma que esta união dialética entre o escravismo e o feudalismo formava o *pólo interno* da dualidade.

Já a conformação do *pólo externo* da dualidade tardou um pouco mais para ocorrer. Na realidade, o autor afirma que, até 1808, não havia um verdadeiro relacionamento entre a economia brasileira e a economia européia. Esta intermediação era feita pela Coroa portuguesa através de uma concessão de serviço público, este era feito pela Companhia das Índias Ocidentais.

Com a Abertura dos Portos em 1808, o referido serviço público desaparece e surge no território brasileiro um aparelho de intermediação comercial. Deste modo, este aparelho recém nascido começa a interligar o Brasil ao capitalismo industrial nascente. Segundo Rangel,

Configurava-se, assim, uma segunda dualidade – uma espécie de ponte, tendo como cabeceiras: dentro do país, o nascente aparelho de comercialização e, lá fora, principalmente na Inglaterra, o mercado presidido pelo capitalismo industrial, também nascente.²⁹

Neste momento, então, os pilares da *teoria da dualidade* estavam eretos. Por um lado, o *pólo interno*, constituído pelo escravismo em seu *lado interno* e pelo feudalismo em seu *lado externo*, e por outro lado, o *pólo externo*, com o incipiente capitalismo mercantil em seu *lado interno*, e também o incipiente capitalismo industrial em seu *lado externo*.

Arquitetura da Dualidade básica da economia brasileira

Pólo Interno: Lado interno:

Lado externo:

Pólo Externo: Lado interno:

Lado externo:

²⁸ Ibid, p.659

²⁹ Ibid, p.660

2.3 As leis de funcionamento da dualidade

Como exposto na seção anterior, o *pólo interno* e o *pólo externo* da recém formada *dualidade brasileira*, continham seus respectivos *lados* (interno e externo). Estes quatro *lados* eram compostos por quatro dos cinco modos de produção cogitados pelo materialismo histórico.³⁰ Rangel afirma que a mudança de um modo para o outro não é automática nem linear, e também afirma que por conta de seus objetivos existe a necessidade de ir muito mais além do que apenas citar os modos de produção existentes na sociedade, deve-se buscar saber como estes se relacionam, ou seja, quais eram as leis que regem o comportamento dos mesmos.

Para cumprir com seu objetivo, Rangel demonstra as cinco leis de funcionamento de seu aparato teórico. São elas, nas palavras do próprio autor,

Primeira lei: quando se cumprem as condições para a passagem a um estágio superior – basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica –, esta muda, como todas as formações sociais em tais casos, mas o faz apenas por um dos seus “pólos”, guardando o outro sua estrutura e integrando-se na nova dualidade, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento.

Segunda lei: alternadamente, mudam o pólo interno e o externo.

Terceira lei: o pólo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo.

Quarta lei: conseqüentemente, o lado externo do pólo em mudança muda, também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética (de contrários) com o lado recém criado.

Quinta lei: como formação periférica que é, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao *quantum* e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco.³¹

Rangel demonstra especial atenção com a quinta lei por ele estabelecida. Esta, segundo o autor, está diretamente relacionada com os ciclos longos de Kondratiev. Abordaremos este assunto da próxima seção.

2.4 Os ciclos de Kondratiev e o modelo Rangeliano

³⁰ Os cinco modos de produção cogitados pelo materialismo histórico são: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.

³¹ Rangel, op. cit., p.662

Nicolay Kondratiev foi um economista russo que estudou as flutuações do modo de produção capitalista. Como conclusão de seus estudos, demonstrou que o capitalismo tem seu comportamento regulado por ciclos de aproximadamente cinquenta anos de duração, que intercalam períodos de ascensão e crise, chamados de fase “A” e fase “B” respectivamente. Por não ter previsto a ruína do modo de produção no qual impera o capital, no contexto histórico da década de 1920, o autor foi exilado na Sibéria e pouco se sabe sobre o fim de sua vida.

Sobre a biografia de Kondratiev não podemos obter mais informações após 1920, assim como seus estudos se encerraram nesta mesma década. Entretanto, a sua teoria dos ciclos continua ser estudada, por conta disso, extrapolados foram os dados.

Ignácio Rangel foi influenciado por Kondratiev, e estudando sua “numerologia”, que pouco tem de cabalística, relacionou os ciclos com as mudanças sociais, políticas e econômicas do Brasil. Antes de complementarmos este raciocínio cabe apresentar as datas dos ciclos estudados por Kondratiev e extrapolados por Rangel.

Primeiro ciclo longo: fase A: 1790-1815

fase B: 1815-1847

Segundo ciclo longo: fase A: 1847-1873

fase B: 1873-1896

Terceiro ciclo longo: fase A: 1896-1920

fase B: 1920-1948

Quarto ciclo longo: fase A: 1948-1973

fase B: 1973-1998

Quinto ciclo longo: fase A: 1998- ?

fase B:

Assim colocado, Rangel afirma que a economia brasileira, periférica desde sua origem, é sensível aos ciclos criados nas economias do centro dinâmico. Esta sensibilidade é materializada nos indicadores do comércio exterior, ou seja, o volume físico do comércio exterior e os preços relativos.

Através destes indicadores a economia brasileira é atraída na fase “A” do ciclo e na fase “B” é repelida no que concerne à divisão internacional do trabalho. Segundo o autor,

É por essa via que nossas economias periféricas são, alternadamente, atraídas e repelidas pelo centro dinâmico, isto é, chamadas a participar mais intensamente da divisão internacional do trabalho ou, ao contrário, compelidas a buscar, com seus próprios meios, maior medida de auto-suficiência ou autarcia, segundo o centro atravesse uma fase A ou uma fase B da onda longa.³²

Rangel continua seu raciocínio afirmando que o Brasil reage de forma ativa e dinâmica às flutuações do ciclo longo, tanto ao produzir exportáveis nas fases “A”, como ao substituir importações nas fases “B” dos ciclos.

Rangel não se aprofunda na discussão sobre o funcionamento dos ciclos longos, todavia, deixa dito que estes estão diretamente relacionados “com o modo como se engendram e as condições com que se propagam as novas técnicas de produção ou, como se diz, as inovações tecnológicas.”³³ Seguidamente, ressalta que a introdução de novas tecnologias tende a criar uma resistência devido a elas próprias. Noutros termos, a indução de novas tecnologias a todo o momento é freada pelo custo de amortização do investimento, este nem sempre já foi pago quando surge uma nova tecnologia disponível.

O ponto central desta discussão, segundo Rangel, ocorre no momento em que são encontrados os limites da demanda efetiva, neste, a implantação de uma nova tecnologia “pode revelar-se proibitivo, dado que deverá incluir um novo elevado custo, a saber: o valor não amortizado ainda das instalações baseadas na tecnologia nova, condenadas ao sucateamento.”³⁴ Diante desta conjuntura, entra-se em um momento de espera cujas escolhas podem ser duas. A primeira é caracterizada pela espera do perecimento das instalações feitas, já a segunda aponta para o refinamento da técnica utilizada no momento atual, assim, aumentado cada vez mais a produtividade da antiga técnica, “romper-se-á de novo o equilíbrio, e uma vaga de investimentos destinados a implantar esta última tecnologia (a novíssima) abrirá nova fase do ciclo longo.”³⁵

No entanto, Rangel salienta que não há razão de existir compasso de espera numa economia periférica, já que na fase “B” do ciclo longo a demanda de importações – de produtos da periferia – por parte dos países do centro dinâmico diminui. Assim, também diminui a capacidade de importação dos países periféricos, esta incapacidade evidencia uma demanda insatisfeita. Isto posto, Rangel afirma que os fatores existentes para o compasso de espera no centro dinâmico não existem nas economias periféricas.

³² Ibid, p.663

³³ Ibid, p.664

³⁴ Ibid, p.664

³⁵ Ibid, p.664

O cenário da fase “B” do ciclo longo faz surgir perspectivas de inversões na economia periférica através do processo de substituição de importações. Da mesma forma, as instituições direcionadas ao comércio exterior são contestadas, pois o processo de substituição de importações prescinde de mudanças institucionais.

2.5 Estrutura política da sociedade dual

Continuando a apresentação do modelo Rangeliano, ainda falta mostrarmos como se dão, segundo este autor, as relações de poder entre as elites dirigentes da sociedade brasileira. Como visto acima, os quatro *lados* dos dois *pólos* da *dualidade* brasileira possuem, cada um, um modo de produção. Entretanto, apenas dois são os dirigentes do Estado, fato resultante de uma aliança entre os dois lados do *pólo interno* e o *lado interno do pólo externo*.

Rangel salienta que o modo de produção representante do lado externo do pólo externo geralmente está além mar, ou seja, não se encontra em nosso território. Mas nem por isso deixa de influenciar nos negócios do Estado “o faz por intermédio de uma ou de ambas as classes dirigentes, não como integrante do mesmo”.³⁶ Assim, continua o autor,

Restam-nos, pois, apenas três “lados” com o direito a aspirar a uma posição dirigente, no mesmo Estado (o qual, normalmente, e não apenas nos períodos de exceção, é uma coalizão), a saber: ambos os lados do pólo interno e o lado interno do pólo externo.³⁷

Para Rangel, o *pólo interno* não é composto por duas classes, mas sim por uma, a primeira delas “foi a classe dos vassallos-senhores de escravos, isto é, feudais em suas relações externas (com a Coroa) e escravistas no campo das relações internas”.³⁸ Assim conformou-se uma classe híbrida, ou seja, integrantes de um mesmo grupo com interesses contraditórios.

No que se refere ao pólo externo Rangel explica,

Também a classe representante do pólo externo acha-se solicitada por duas ordens diferentes de interesses, típicas dos modos elementares de produção nesse pólo associados, em união dialética. Como no caso do pólo interno, sua função precípua consiste em conciliar – enquanto for possível – essas ordens de interesses, diferentes e, afinal, antagônicas, quando será mister optar entre elas, e fazê-lo a “quente”, isto é, em condições de crise e sob a pressão de todo o corpo social. Essa opção, uma vez feita por uma classe [...] muda a identidade da classe, muda o pólo, muda a dualidade e, afinal, muda o regime.³⁹

³⁶ Ibid, p.665

³⁷ Ibid, p.665

³⁸ Ibid, p.665

³⁹ Ibid, p.666

O autor continua sua linha de argumentação afirmando que o motor primário de todo este processo é o crescimento das forças produtivas, ou seja, a mudança dos modos de produção. Esta ocorre no sentido do lado mais avançado para o lado mais atrasado –, como convencionado na terceira lei da dualidade.

A dinâmica da mudança de dualidade ocorre da seguinte maneira. Uma classe dual cinde-se entre progressistas e retrógrados. Entretanto as ordens contraditórias ainda são conciliáveis, mas, percebe-se que algo novo floresce neste grupo. Desta forma, os progressistas começam a assumir o poder desta classe, segundo o autor, estes são extremamente dinâmicos.

Rangel remonta à segunda lei postulada por ele mesmo, esta diz que se modifica apenas um pólo de cada vez. Logo, após a cisão descrita acima, existe um pólo renovado – a formação social nascente – e um pólo não renovado. Este último configura-se como a classe hegemônica, dotada de experiência no uso do poder, nos termos do autor, uma classe “em si” e “para si”. Já o pólo renovado é apenas “em si”, goza de um extremo dinamismo e pode fazer tudo que não vai contra os interesses da classe hegemônica.

Ora, estas são as contradições latentes dentro da dualidade. Somando-se a este fato, a passagem do centro dinâmico à fase “B” do ciclo – fato que caracteriza a diminuição da demanda dos produtos exportáveis dos países periféricos pelos países do centro dinâmico, em consequência a diminuição da capacidade de importar dos países periféricos – outra coisa não poderia ocorrer, senão a supressão do lado interno do pólo em crise.

2.6 A estrutura da economia brasileira

Ignácio Rangel, em seu livro *Introdução ao estudo do desenvolvimento brasileiro* e posteriormente no livro *Dualidade básica da economia brasileira*, apresenta seu entendimento das estruturas da economia do Brasil e sua dinâmica.⁴⁰ Para o autor, esta apresentava três estratos:

1. Economia natural ou pré-capitalista, extrato onde se encontra a maior parte da população do país e que predomina a produção para autoconsumo.

⁴⁰ Esta análise da economia brasileira utilizada por Rangel é um dos pilares da teoria da dualidade. Esta seção está longe de contemplar a totalidade da problemática do referido tema.

2. Economia de mercado capitalista (capitalismo europeu do século XIX), extrato no qual se encontra a indústria, os serviços e a agricultura voltada tanto para o mercado interno como externo. É o setor mais dinâmico da economia
3. Comércio externo ou setor resto do mundo, extrato que se caracteriza por fazer a ligação do país com o mercado externo. Utiliza técnica mais avançada do que a encontrada na economia nacional.

Para o autor a dinâmica de interação entre estes extratos se dava da seguinte maneira.

O extrato (1) da economia transfere mão-de-obra e capital para o extrato (2). O aumento da referida mão-de-obra no extrato (2) faz com que ocorra o processo de substituição de importações. Logo, para o autor, o motor primário do desenvolvimento das forças produtivas está na crise dos setores (2) e (3). A crise se manifesta com a contração absoluta e relativa da capacidade de importar de um país. Assim, este faz um esforço de substituição de importações, e como tal esforço é realizado no extrato (2), em condições capitalistas, as inversões que esta induz, põe-se em marcha um processo de desenvolvimento econômico.

Neste ponto do trabalho, esperamos ter apresentado o modelo de análise da economia brasileira formulado por Ignácio Rangel. Tal modelo que é fundamentado em: uma formação social dual, com dois pólos e cada um deles com dois lados; um conjunto de leis de funcionamento; relações com os ciclos longos de Kondratiev; um entendimento do comportamento contraditório dos dirigentes do Estado; e por fim, numa lógica de funcionamento dos extratos da economia.

Consideramos apresentada, em sua forma mais abstrata, a *dualidade básica da economia brasileira*. Nas próximas seções buscaremos apresentá-la, mesmo que de forma sucinta, conjuntamente com a história do Brasil, ou seja, seguindo a trilha feita pelo seu autor.

2.7 A primeira dualidade

2.7.1 Conjuntura

Rangel afirma que o mundo no final do século XVIII passava por inúmeras mudanças. As Revoluções Americana, Francesa e Inglesa mudaram estruturalmente o capitalismo. Este, sob o impulso da Revolução Industrial, gerou a primeira onda longa, datada de 1790 a 1815 a sua fase de ascensão e de 1815 a 1848 a sua fase recessiva. A Independência do Brasil, em 1822, se deu no bojo destes acontecimentos, fato este que pode ser considerado como um ato

homologatório da Abertura dos Portos em 1808 e da Carta Lei que criou o Reino do Brasil em 1815.

A Abertura dos Portos (1808) foi uma importante mudança institucional que suscitou grandes mudanças na sociedade brasileira. Esta mudança possibilitou a criação de um aparato – até então inexistente – comercial dentro do Brasil, assim sendo, o oneroso serviço prestado pela Coroa portuguesa – de intermediação comercial – tornou-se arcaico e foi suprimido.

Diante da *primeira dualidade*, a sociedade brasileira se transformava. No *pólo externo*, crescia a nova classe dos comerciantes ainda sem experiência no uso do poder, entretanto, com muito dinamismo se figurava como uma das dirigentes do Estado. Já no *pólo interno*, a hegemonia do poder Estatal era detida nas mãos dos barões-senhores de escravos, estes que vinham se desenvolvendo para dominar o cenário político brasileiro.

Em suma, com o advento da primeira dualidade, as relações externas do Brasil foram reformadas e as internas mantidas. Rangel descreve o momento da seguinte maneira,

A primeira dualidade [...] formava-se nas condições da fase B ciclo longo – primeiro Kondratiev. Podemos datá-la mesmo daquele fatídico 1815, ano de Waterloo, da estruturação da Santa Aliança, do início da fase recessiva do primeiro Kondratiev e da Carta Lei, que fundava o Brasil. O Sete de Setembro (1822) e o Sete de Abril (1831) foram atos homologatórios de mudanças já efetivadas.⁴¹

Desta forma, após ter feito uma pequena contextualização histórica do período de formação da primeira dualidade, podemos então caracterizar a arquitetura resultante da formação desta.

Pólo Interno: Lado interno: o escravismo

Lado externo: o feudalismo

Pólo Externo: Lado interno: o capitalismo mercantil

Lado externo: o capitalismo industrial

2.7.2 *Os sócios do pacto de poder*

A estrutura social da primeira *dualidade* apresentava quatro modos de produção que estavam unidos dois a dois em cada *pólo*. Os *lados* do mesmo *pólo* possuíam interesses contrários, mas nem por isso deixavam de estar unidos, separavam-se apenas quando havia condições historicamente colocadas. Sobre as mudanças no *pólo* Rangel explica,

⁴¹ Ibid, p.669

essa sociedade se caracteriza pelo domínio de apenas duas classes (duais) – representativas dos dois pólos –, o rompimento das relações de produção, como fato político que é, tende ocorrer no nível dos pólos e não dos lados (vide primeira lei da dualidade). Ora, como os pólos não têm a mesma idade (vide a segunda lei da dualidade), é natural que o rompimento se dê pelo pólo mais antigo.⁴²

O *pólo interno*, caracterizado pela classe dos vassalhos-senhores feudais, foi coroado como *sócio maior* (hegemônico), pois vinha em processo de desenvolvimento desde o período em que a Coroa portuguesa detinha total poder sobre a colônia. Assim, com a supressão da Coroa, não havia outra classe, senão eles, para tomar o poder.

O *pólo externo*, que era composto pelo recém formado capital mercantil, se caracterizava como *sócio menor* da coalizão, este utilizava de seu dinamismo para fazer a ligação do Brasil com o capitalismo industrial europeu, também era fortemente subserviente ao poderio inglês, este que “sublinhava fortemente sua ação, pressionando, em última instância, para que o escravismo fosse substituído pelo latifúndio feudal.”⁴³

2.7.3 O processo de substituição de importações

Além de ser subserviente ao poderio inglês, o *sócio menor* da *primeira dualidade* brasileira buscava o seu fortalecimento econômico e político. Já o *sócio maior*, tinha que comprovar sua eficiência como gestor do Estado, dentre outras de suas atribuições, havia de fazer a economia crescer – mesmo num contexto de crise do comércio exterior.

Segundo Rangel, o Estado brasileiro, neste momento, tinha liberdade para fazer crescer uma indústria nacional, porém, tal empresa era impossibilitada pela alta abertura da economia brasileira – com taxas aduaneiras extremamente baixas.

A economia brasileira crescia juntamente com a população, todavia, estes resultados não eram encontrados nos números do comércio exterior. Assim, o autor afirma que no Brasil,

entre 1823 e 1850 mais que duplicou sua população – tanto livre como escrava; todas as indicações são de que o período em causa foi de vigoroso crescimento econômico. Não obstante, o giro do comércio exterior (exportações mais importações) apenas passou de (libras ouro) £81.601.000 para £115.679.000.⁴⁴

Entretanto, havia outro comércio exterior que o Brasil praticava, este se caracterizava pela importação de escravos de países também periféricos. Os números desta importação “no

⁴² Ibid, p.670

⁴³ Ibid, p.670

⁴⁴ Ibid, p.671

decênio 1841-50 foi estimada em 50.000 ‘peças’ por ano.”⁴⁵ Para Rangel, esta atividade caracterizou o esforço de *substituição de importações* da *primeira dualidade*. Os escravos eram os “insumos” da fazenda que, ao serem alocados em atividades não agrícolas, fizeram com que esta aumentasse sua produtividade devido a diversificação produtiva – mesmo na fase B do primeiro ciclo longo.

Assim, a independência do comércio exterior (do centro dinâmico) tinha como fundamento o tráfico de escravos. A proibição desta atividade com o advento da Lei Eusébio de Queiroz⁴⁶ – sob forte influência inglesa – deu início à desestruturação da *primeira dualidade*, ou seja, as contradições do pólo interno, agora maduro, já não eram mais conciliáveis.

As precondições para a mudança do escravismo para o feudalismo eram duas segundo o autor. A primeira caracterizava-se pelo surgimento de uma população apenas capacitada a reproduzir a vida num pedaço de terra, ou seja, os escravos e seus descendentes teriam que perder a capacidade de sobreviver como nômades, característica que seus descendentes que não foram escravizados possuíam. A segunda se relacionava com a forma de acesso à terra na sociedade brasileira. Os feudais deveriam se apropriar “de toda terra acessível, habitável e agricultável, não restando terras livres onde aqueles trabalhadores reduzidos à condição de agricultores sedentários se pudessem instalar.”⁴⁷

A primeira precondição foi atendida no momento da assinatura da Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Em decorrência desta, no mesmo ano, foi assinada a Lei de Terras⁴⁸.

Assim, dentro da sociedade brasileira, o pilar do direito feudal *all land is king’s land* auferido pelo Tratado de Tordesilhas tornou-se caduco, com isto, logo foi substituído pelo pilar *nulle terre sans seigneur* postulado pela Lei de Terras.

Assim colocado temos as mudanças institucionais que preparavam a chegada da segunda dualidade.

2.8 A segunda dualidade

2.8.1 Conjuntura

⁴⁵ Ibid, p.671

⁴⁶ Lei aprovada em quatro de setembro de 1850, durante o Segundo Reinado, decretando o fim do tráfico negreiro internacional.

⁴⁷ Rangel, op. cit., p.672

⁴⁸ Com a Lei de Terras (lei nº601/1850) as terras só poderiam ser ocupadas por compra e venda ou autorização real.

O processo de passagem da primeira para a segunda *dualidade* não foi instantâneo, como toda mudança em uma sociedade. Foi o momento de transformação do senhor de escravos em senhor feudal, assim como o vassalo se transformava em comerciante.

O *pólo externo* da primeira *dualidade* havia sofrido transformações, agora, na *segunda dualidade*, chegava o momento do *pólo interno* se renovar. Este era o mais maduro dos dois pólos.

O escravo, mercadoria que tanto foi importada na *dualidade* anterior, já não podia mais ser mais trazido da África. Desta forma, os barões-senhores de escravos perderam o insumo que fazia sua fazenda produtiva, e ao mesmo tempo tinham que “converter a massa de escravos [...] em servos de gleba.”⁴⁹

Se durante a *primeira dualidade*, da porteira para dentro, a fazenda era escravista e, da porteira para fora, era feudal. Na *segunda dualidade* uma mudança se consubstanciava. A fazenda, internamente, estava se tornando feudal e, externamente, estava se tornando comercial. Desta forma, o capitalismo mercantil estava se internalizando no *pólo interno*. Rangel então afirma que surgia “assim, um elemento comum aos dois pólos da dualidade.”⁵⁰

Todavia, existia uma grande diferença entre estes elementos em comum. Segundo a explicação do autor,

Apenas, no primeiro caso, o capitalismo mercantil unia-se dialeticamente ao capitalismo industrial do centro dinâmico e introduzia na economia nacional produtos oriundos de uma economia capitalista, isso é, mercadorias, desde sua origem, ao passo que, no segundo, servia para converter em mercadorias produtos oriundos de uma economia natural, representando, em grande parte, sobreproduto retirado, como tributo feudal, aos produtores diretos. Nada mais equivocado do que definir o regime sob o qual tais bens eram produzidos como salariato. Este, mesmo no quadro urbano, era excepcional e por muito tempo seria um falso salariato.⁵¹

Assim, dentro deste contexto de mudanças, formava-se a *segunda dualidade* e sua arquitetura pode ser mostrada da seguinte forma.

⁴⁹ Rangel, op. cit., p.672

⁵⁰ Ibid, p.674

⁵¹ Ibid, p.674

Pólo Interno: Lado interno: o feudalismo

Lado externo: o capitalismo mercantil

Pólo Externo: Lado interno: o capitalismo mercantil

Lado externo: o capitalismo industrial

2.8.2 *Os sócios do pacto de poder*

Dentro desta nova estrutura Estatal o poder estava dividido da seguinte maneira: o *sócio maior* era representado pela burguesia comerciante situada no *pólo externo*, já o *sócio menor* era representado pelos fazendeiros e latifundiários feudais, assim como, os comerciantes, ambos representando o *pólo interno*.

2.8.3 *O processo de substituição de importações*

O *sócio maior* da *segunda dualidade*, o capital mercantil que estava situado no *pólo externo*, de algum modo deveria buscar fazer um processo de substituição de importações, assim como na primeira dualidade onde tal processo se deu com a diversificação produtiva da fazenda de escravos.

Durante a fase “A” do segundo ciclo longo (1847-73) muitos fazendeiros se mudaram para a cidade e levaram seus escravos que superpovoavam a casa-grande. Este movimento ocorreu devido ao aumento da receita monetária em posse dos fazendeiros. Todavia, com a passagem para a fase “B” do ciclo (1873-1896) e o decréscimo desta mesma renda, os escravos não foram mandados de volta para a casa-grande, afinal estes – e até novas gerações de escravos – já faziam parte da população urbana. Desta forma, iniciaram sua entrada no mercado de trabalho urbano que ainda era formado por pequenas manufaturas.

Assim, a entrada da mão-de-obra escrava na economia urbana proporcionou uma diversificação da produção interna. Esta foi centrada nas “atividades artesanais de transformação e construção civil”.⁵²

Assim foi caracterizado o processo de substituição de importações da *segunda dualidade*. Este processo foi um grande passo para a futura substituição de importações de caráter industrial que ocorreu durante a *terceira dualidade*. Esta, também foi influenciada

⁵² Ibid, p.676

pelos acontecimentos da fase ascendente do terceiro ciclo longo (1846-1920), tais como o surto cafeeiro e a I Guerra Mundial.

De resto, mas não menos importante, não podemos deixar de afirmar segundo o pensamento de Rangel, que as mudanças da segunda dualidade, como a República, foram apenas atos homologatórios de mudanças institucionais ocorridas anteriormente. Não podemos analisar os fatos históricos da Abolição e da República sem remontarmos à Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz. Estas que certamente foram à energia de ativação daquelas.

2.9 A terceira dualidade

2.9.1 Conjuntura

Na *primeira dualidade* o *pólo externo* foi reformado, já na segunda foi o *interno*, logo na terceira – de acordo com a *segunda lei da dualidade* – não resta dúvida de que o *pólo externo* seria reformado.

O contexto da fase “A” terceiro ciclo de Kondratiev (1896-1920) foi marcada pela I Guerra Mundial. Tal evento fez com que o comércio exterior brasileiro sofresse restrições. Já a fase “B” do supracitado ciclo (1920-48), testemunhou a Crise dos Anos 30 – que tem como marco inicial a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 – assim como a II Guerra Mundial.

Podemos afirmar que durante a fase “B” do terceiro ciclo longo (1920-48) certamente o Brasil mudou muito, tanto em seus aspectos econômicos como políticos. Estes aspectos estão diretamente ligados com a Revolução de 30. Esta que colocou Getúlio Vargas na presidência, que por sua vez, lançou as bases da industrialização do Brasil.

Neste momento, o *pólo externo*, o mais antigo da presente dualidade, iria passar por mudanças. Se de um lado o capitalismo mercantil já havia crescido e acumulado bastante poder, os fulcros do capitalismo industrial já nasciam em nosso país. Então, da mesma forma que o capitalismo mercantil entrou no país com a Abertura dos Portos em 1808, as duas guerras mundiais – juntamente com a Crise dos Anos Trinta, que esteve entre elas – fizeram com que o capitalismo industrial entrasse no *pólo externo* da *dualidade brasileira*.

Também podemos perceber que, se o capitalismo industrial iria passar a fazer parte do *pólo externo* em seu *lado interno*, outro modo de produção deveria ocupar o *lado externo* do *pólo externo*. Eis, então, a grande peculiaridade da *terceira dualidade*, a mudança de hegemonia no centro dinâmico da economia mundial. Após as guerras mundiais, os EUA haviam se fortalecido economicamente e criado um parque industrial bastante diversificado

quanto aos insumos primários. Tal fato deixou este país pronto para superar a hegemonia inglesa. E, diferentemente da Inglaterra, os EUA tinham motivos para incentivar a industrialização nos países periféricos. A economia americana tinha menos necessidade do que a inglesa de adquirir matérias-primas nos países periféricos, assim como reservar mercado comprador para os produtos de suas indústrias. Esta era uma das principais mudanças que estavam ocorrendo no mundo capitalista enquanto germinava a *terceira dualidade brasileira*.

De acordo com as mudanças destacadas acima, a nova configuração da *dualidade brasileira* assim se mostrava.

Pólo Interno: Lado interno: o feudalismo

Lado externo: o capitalismo mercantil

Pólo Externo: Lado interno: o capitalismo industrial

Lado externo: o capitalismo financeiro

2.9.2 Os sócios do pacto de poder

O *pólo interno* passava intacto às mudanças da *terceira dualidade*, assim sendo, a classe que se configurava o *sócio maior* do pacto de poder, era a classe dos fazendeiros e comerciantes. Estes, agora estavam amadurecidos para exercer o poder do aparato Estatal.

O *sócio menor* da *terceira dualidade* era a jovem classe dos industriais. Por ser recém criada, ainda não se percebia muito distinta dos comerciantes e não possuía experiência na utilização do poder. Com o passar do tempo, esta classe se diferenciaria em relação aos comerciantes devido ao seguinte fato: apenas ela seria capaz de fazer um *processo de substituição de importações* de caráter industrial. Segundo Rangel,

Esses industriais, na origem, não se julgavam tais, mas comerciantes, como os outros agrupados nas Associações Comerciais, que, em vez de comprarem e venderem, simplesmente, compravam insumos e vendiam produtos. Isso abria a possibilidade de que uma parcela crescente dos insumos, com que se sintetizavam os produtos, viesse a ser comprada dentro do país, para juntar-se aos insumos importados. Conseqüentemente, uma parcela cada vez mais importante do valor incorporado no produto seria pagamento de fatores nacionais e, a esse título, renda nacional. Estava montando o esquema de substituição de importações da terceira dualidade.⁵³

2.9.3 O processo de substituição de importações

A I Guerra Mundial, a Crise dos Anos 30 e a II Guerra Mundial, fizeram com a demanda internacional por produtos brasileiros diminuísse. Tal diminuição foi refletida na crise do comércio exterior dificultando a capacidade de importação do país.

Seguindo a lógica dos fatos, aparecia uma demanda insatisfeita de produtos externos dentro da economia brasileira, esta poderia ser considerada uma reserva de mercado para as indústrias nacionais. Desta forma iniciou-se o *processo de substituição de importações* industriais no Brasil.

O sucesso de tal processo seria avaliado “em termos da parcela de insumos que pudessem ser supridos pela economia nacional, onde a produção industrial era ainda uma exceção, muito particularmente no que diz respeito aos bens de produção”.⁵⁴ Assim os métodos pré-industriais de produção foram à base dos métodos industriais neste esforço de substituir importações. A contínua busca por relações industriais de produção era freada pela contração da capacidade de importar, e desta forma, fazia-se o uso intensivo de mão-de-obra.

Outra característica *sui generis* desta *terceira dualidade* foi o aparecimento dos ciclos médios em nossa economia, com duração em torno de dez anos. Segundo Rangel, estes tinham semelhança com os ciclos de Juglar, próprios do início do capitalismo industrial.

Para o autor, os ciclos médios explicam a lógica de nossos “milagres” econômicos. Tal lógica é marcada pela crise provocada pelo surgimento de capacidade ociosa em alguns setores da economia, estas criam tensões sociopolíticas que tendem a gerar mudanças institucionais, que, por fim, criam mecanismos para se investir em áreas com estrangulamento e geram um novo surto de crescimento.

Pensando nos futuros conflitos e transformações da economia brasileira Rangel esboçou o quadro da *quarta dualidade*. Nos ocupamos deste assunto nas próximas linhas.

2.10 A quarta dualidade

Em 1981, Ignácio Rangel dizia que a *quarta dualidade* estava no futuro. De acordo com raciocínio do autor, se a *terceira dualidade* havia começado na fase “B” do terceiro ciclo longo (1920-48), esta ainda teria que percorrer a fase “A” do quarto ciclo longo (1948-73) para desenvolver suas potencialidades e contradições, e, assim, poder desembocar na fase “B” do mesmo ciclo longo (1973-98), gerando a *quarta dualidade*.

⁵³ Ibid, p.679

⁵⁴ Ibid, p.680

Entretanto, o autor viveu apenas até o ano 1994, o que configuraria, segundo o relógio dos ciclos de Kondratiev, viver até o final da fase “B” do quarto ciclo longo. Desta forma, Rangel apenas poderia, e assim o fez, vislumbrar as condições de transição da *terceira* para a *quarta dualidade*.

Parece-nos instigante, ao chegar neste ponto do trabalho, tentar teorizar sobre a *quarta dualidade* de acordo com o aparato teórico criado pelo do autor. Todavia, este não é o objetivo do presente trabalho. Desta forma, apresentaremos apenas o que o autor escreveu sobre a *quarta dualidade*, sabendo que somente a metade deste período foi analisada pelo mesmo.

2.10.1 Conjuntura histórica e prognósticos para o futuro

Para Rangel o que marcava o início da *quarta dualidade* era a abertura da fase “B” do quarto ciclo longo. Esta nova fase da economia mundial podia ser datada, segundo o autor, com a ocorrência da I Crise do Petróleo ocorrida em 1973. Tal crise influenciou a variação da produção industrial nos países de centro dinâmico.

De acordo com o quadro abaixo, podemos identificar uma diminuição do crescimento da produção industrial em treze dos quatorze países analisados como centro dinâmico, nos períodos de 1967-74 e 1973-80.

Quadro I: Centro Dinâmico mundial/Produção Industrial⁵⁵

	1967 a 1974 1967=100	% a.a.	1973 a 1980 1973=100	% a.a.
Bélgica	141	5,0	109	1,3
Canadá	147	5,6	112	1,6
França	152	6,1	110	1,4
Rep. Fed. Alemanha	147	5,6	110	1,4
Israel	221	12,0	140	4,9*
Itália	141	5,0	125	3,2
Japão	188	9,4	122	2,8
Holanda	166	7,5	113	1,8
Noruega	137	4,5	146	5,6
Espanha	210	11,1	122	2,9*

⁵⁵ Ibid, p.682

Suécia	142	5,1	103	0,4
Suíça	137	4,6	101	0,1
Inglaterra	115	2,0	999	-0,1
Estados Unidos	124	3,1	114	1,8

Fonte: ONU, Monthly Bull of Statistics.

*Extrapolação do sexênio 1973 a 1979.

Ao analisar os números, podemos deduzir que a economia mundial, ou pelo menos do centro dinâmico, estava entrando numa fase de desaceleração.

Dentro do cenário nacional, o autor focava sua análise no grande endividamento externo que a economia havia contraído. Este, segundo ele, só poderia ter ocorrido porque as décadas anteriores haviam sido rentáveis quanto ao comércio internacional. Neste período, podemos localizar o grande surto de industrialização brasileiro caracterizado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

O citado endividamento era consequência da importação de bens de equipamento e de produção, assim, o autor afirmava que “o esforço de substituição de importações [da presente dualidade] deverá recair sobre muitos produtos integrantes deste grupo”⁵⁶. Ou seja, o esforço de substituição de importações neste período se focaria no Departamento I da economia.

Todavia, este processo seria diferenciado dos anteriores, referentes à *primeira e à segunda dualidades*, pois volumosas imobilizações seriam necessárias para se equipar o Departamento I da economia. Para a realização de tal empresa, dizia Rangel, havia a necessidade de se organizar no Brasil um aparelho de intermediação financeira capaz de uma grande formação de capital. Como este ainda não estava estruturado no Brasil, a indústria brasileira iria subutilizar o potencial produtivo de seu Departamento I. De acordo com o autor, “deveremos continuar a importar numerosas coisas que estamos em condições de produzir, simplesmente pela incapacidade de substituir o financiamento externo pelo financiamento interno”.⁵⁷

Rangel ainda coloca que outros importantes problemas deveriam ser solucionados durante a *quarta dualidade*. Um deles era a questão agrária brasileira. Segundo o autor, o Brasil se industrializou com uma estrutura agrária por reformar. Nossa industrialização foi levada a cabo com uma alta relação capital/produto. Isto é, num país com capacidade de importar inelástica e ausência de parque produtor de meios de produção, a industrialização só

⁵⁶ Ibid, p.683

⁵⁷ Ibid, p.683

poderia ser efetivada sob processos pré-industriais de produção com uso intensivo de mão-de-obra – atividades artesanais de transformação, construção civil rudimentar e agricultura primitiva –, estes, ao ser aumentada a produção, aumentava também o nível de emprego. Entretanto, com a transformação da estrutura industrial brasileira, esta cada vez mais poupava mão-de-obra. Destarte, conjuntamente com o crescimento da produção industrial, crescia o exército industrial de reserva.

O autor cogita uma resolução temporária para este problema. Esta se caracteriza pela recomposição temporária do *complexo rural* desfeito – tanto no âmbito rural como urbano. No primeiro, a mão-de-obra inativa da família poderia ser utilizada na produção para autoconsumo, já na segunda, esta mesma mão-de-obra poderia fazer a construção suburbana de casas populares. Todavia, o autor refuta esta resolução do problema, pois ambas são inibidas pelo preço da terra – tanto no meio rural como urbano – que se transformou em ativo de especulação financeira.

Como os fenômenos financeiros são sensíveis às mudanças no campo financeiro, o nó górdio da questão agrária brasileira será resolvido no momento em que o preço da terra colapsar. Com o advento deste fenômeno, segundo Rangel, as diferenças entre as partes do *pólo interno* – o pólo em crise – se tornariam evidentes. Assim, os capitalistas rurais venderiam suas terras ociosas e excedentes, conseqüentemente o preço da terra cairia, tornando-a acessível ao pequeno produtor.

Rangel então conclui que o monopólio da terra teria seu fim neste momento, e com ele seria enterrado o modo de produção feudal encontrado no *pólo interno* da *terceira dualidade*.

De acordo com os acontecimentos prognosticados por Rangel, a estrutura da *quarta dualidade* poderia ser demonstrada da seguinte maneira:

Pólo Interno: Lado interno: o semi-salariado (bóias-frias etc.)

Lado externo: o semicapitalismo rural

Pólo Externo: Lado interno: o capitalismo industrial

Lado externo: o capitalismo financeiro

Sobre os *sócios* da *quarta dualidade* o autor escreve,

Sobre essa base econômica levantar-se-á o novo edifício do Estado: *sócio maior*: a burguesia industrial, representando o *pólo externo*; *sócio menor*: a nova burguesia rural, representando o *pólo interno*.

Note-se a aproximação dos dois pólos, no tocante aos respectivos modos dominantes de produção. A economia e a sociedade se homogeneízam, renunciando o *fim do próprio fenômeno da dualidade*.⁵⁸

Esperamos assim, ter demonstrado, mesmo que de maneira introdutória e quem sabe incompleta, o fio condutor do pensamento de Ignacio Rangel. O entendimento deste, da forma apresentada nesta seção, será uma das bases para se fazer uma compreensão do pensamento do autor de acordo com o contextualismo lingüístico.

⁵⁸ Ibid, p. 685

CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DAS INTENÇÕES AUTORAIS DE IGNÁCIO RANGEL

3.1 Introdução

Procuramos com o presente capítulo demonstrar as *dimensões ilocucionárias dos atos de fala* de Ignácio Rangel ao escrever a obra *Dualidade básica da economia brasileira*. Tais dimensões auxiliam, assim como apresentado no capítulo primeiro, o historiador do pensamento encontrar as intenções do autor ao escrever sua obra. Para realizar tal empresa dividimos o capítulo em três seções.

Na primeira, buscamos remontar a formação pessoal do autor de seus primeiros anos até meados da década de 1950, momento no qual este publicou a obra em estudo neste trabalho e transformou-se em técnico economista da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas.

Já na segunda seção, descrevemos a política econômica do Segundo Governo Vargas. Como tentamos demonstrar, foi esta que, de alguma forma, influenciou o autor a propor as medidas de política econômica encontradas em seu livro.

Na terceira seção, analisamos a forma de atuação do técnico economista no aparelho do Estado. Neste aparelho, tal técnico era considerado um formulador de ideologias e estas, eram desenvolvidas para influenciar a burocracia estatal e o público em geral.

Na conclusão do capítulo, levantamos a hipótese de que a obra de Ignácio Rangel deve ser entendida através do encadeamento das três primeiras seções do presente capítulo, ou seja, através de estudo da vida do autor, do conhecimento da política econômica do Segundo Governo Vargas e da forma de atuação do técnico economista no aparato Estatal.

3.2 A formação do indivíduo

Para alcançar os objetivos desta seção – analisar os primeiros anos de formação de Ignácio Rangel, assim como, o início de seu engajamento político – subdividimos a seção em três subseções. A primeira discorre sobre os primeiros anos do autor em São Luís do Maranhão. A segunda apresenta como foi a imersão precoce de Rangel na militância política. Já a terceira, abarca a mudança do autor para a cidade do Rio de Janeiro, cidade que – na época era a capital federal – marca o início da carreira do autor como técnico economista.

3.2.1 Os primeiros anos em São Luís do Maranhão

Ignácio Rangel (1914-1994), o autor maranhense cujo pensamento estudamos neste trabalho, é considerado um pensador fecundo e criativo. Nas próximas linhas remontamos o meio onde este autor começou a forjar suas primeiras idéias e caráter, grosso modo, suas raízes intelectuais.

Sylvio Wanick demonstra este contexto em sua exposição – *O pensamento de Ignácio Mourão Rangel*⁵⁹ – proferida no I Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel, realizado em Florianópolis em 1994.

Nesta ocasião, Wanick esboça o clima de São Luís do Maranhão durante a década de 30 e a metade da década de 40 – anos em que Rangel se encontrava na cidade –, clima este que segundo o autor era “acanhado e totalmente adverso ao estudo das ciências sociais”.⁶⁰

São Luís do Maranhão, na década de 30, era uma cidade pequena e pouco movimentada. Dentre muitos dos detalhes apresentados por Wanick, encontramos afirmações sobre uma cidade onde o tráfego de bondes cessava às 21h ou 22h, as informações eram parcas, assim como os cinemas e as editoras e por fim, as distâncias eram imensas. De acordo com o autor,

Uma viagem marítima do Rio de Janeiro a São Luís durava, na melhor das hipóteses, nos navios de passageiros mais modernos, 10 dias consecutivos. Por via aérea [...], no mesmo percurso, amerissava-se em São Luís na manhã do terceiro dia após a partida.⁶¹

Grandes distâncias também eram encontradas dentro do próprio Estado do Maranhão. Wanick relata uma mudança feita pela de família Rangel. Esta ocorreu no momento em que o pai do autor – que era juiz de Direito – fora transferido para a cidade de Imperatriz, localidade a 363 quilômetros de São Luís. Segundo o autor,

Eles subiram rio Mearim, de “gaiola”, até Vitória (hoje, Baixo Mearim) e daí em diante em batelão, rebocado (18 dias), alcançando Grajaú para, depois completar a jornada a cavalo. A viagem consumiu, no total, um mês. Não menos difícil, depois, a volta, via Belém. Experimentei também algumas, semelhantes. Registre-se que Imperatriz, hoje, dista pouco tempo de avião a jato ou algumas horas por estrada de rodagem pavimentada.⁶²

⁵⁹ WANICK, Sylvio. O pensamento de Ignácio Mourão Rangel. In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1.:1994:Florianópolis, SC) **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos...[et al.]; Armen Mamigonian, org. – Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. p.17.

⁶⁰ Ibid, p.17

⁶¹ Ibid, p.19

⁶² Ibid, p.21

Diante de muitas viagens para localidades inóspitas, algumas as quais nem escolas possuíam, Rangel foi educado por seu pai, educação esta voltada para a magistratura. No prefácio do livro *A inflação brasileira* o autor afirma que a “Constituição de 1891 e o Código Civil, eu os conheci, não na faculdade, mas desde a escola primária, em termos próprios para minha idade.”⁶³

A educação primária que o autor recebeu também é um fato relevante a ser citado. O mesmo afirmou em entrevista⁶⁴ que, em São Luís do Maranhão, nos seus estudos ginasiais se estudava História Geral conjuntamente com Filosofia. O autor também afirma que ao terminar estes estudos, lia razoavelmente em francês, pois já havia lido nos originais, Alexandre Dumas, Jules Michelet e Victor Hugo.

Rangel dizia que esta boa educação podia ser explicada pelo fato de que São Luís, em meados do Século XIX, era uma província muito rica, assim, era recorrente entre os ricos fazendeiros da região enviar seus filhos para estudar na Alemanha ou em Coimbra. O autor explica este fato da seguinte maneira,

as relações do Maranhão com o Sul do Brasil naquela época eram muito limitadas, porque para vir de São Luís ao Rio Grande do Norte nós tínhamos que enfrentar a corrente oceânica que corre de Leste para Oeste e também os ventos que seguem a mesma direção e para os barcos à vela era muito difícil fazer esse percurso. O caminho mais curto entre São Luís e Fortaleza naquela época passava por Lisboa e chegava ao mar das Antilhas, mar dos Sargaços e daí à Lisboa. Repetia o caminho de Colombo que era o caminho mais perto... e voltar era quase impossível. A navegação à vapor foi uma revolução para aquela época, mas o Maranhão era uma província rica, então podia mandar, os pais podiam mandar os filhos estudar em Coimbra, era uma coisa normal.⁶⁵

Foi desta forma que passaram os primeiros anos da formação de Ignácio Rangel, muitas vezes isolado, influenciado pelo pai para ser juiz, numa cidade que, na época, se encontrava mais perto da Europa do que do Sul do Brasil, fato que influenciava o autor estudar outras línguas e outros autores.

⁶³ RANGEL, I. *A inflação brasileira*. In: **Obras Reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005. v. 1, p. 552.

⁶⁴ RANGEL, Ignácio. **Entrevista com o professor Ignácio Mourão Rangel**. GEOSUL, Florianópolis, n. 12/13, n. 12/13. 2º sem. 1991 e 1º sem. 1992, p. 103-130. Entrevista concedida a Armem Mamiginian, Maria Dolores Buss, Raquel Fontes do Amaral Pereira, Everton Vieira Machado e José Messias Bastos.

⁶⁵ *Ibid*, p.113

3.2.2 O início das atividades políticas

Quanto à militância política de Rangel podemos afirmar, assim como o mesmo afirma, que se iniciou precocemente. Influenciado pelas histórias que seu pai contava sobre a coluna Prestes, o autor queria crescer para poder lutar. Todavia, ainda era muito jovem para tal empresa. Ao mudar-se para São Luís e com o advento da Aliança Liberal em 1930, Rangel escutava seu pai - que militava por esta Aliança – falando que a revolução estava para ocorrer, mas que, por um lado, estava velho e doente para participar, e por outro, seus filhos estavam jovens demais. Rangel, neste quesito, discordava de seu pai e

Em 30, já no Tiro de Guerra, dono dos graves segredos do fuzil de 1908, julguei chegado o momento da desforra, e entrei na lida política, não pelo caminho usual, mas pelo portão das armas do 24° BC (Batalhão de Caçadores), quando este sublevou-se em 8 de Outubro, como fizeram muitos outros colegas do Liceu Maranhense.⁶⁶

Segundo o autor, após este momento ele estava disposto à militar politicamente. Ao ler o Manifesto Comunista de Marx e Engels, a disposição citada aumentou ainda mais. Então, o jovem garoto de dezessete anos, inicia a militância na juventude comunista, em movimentos estudantis, operários e greves.

Em 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora de Prestes se organizava, o autor tinha claro em sua mente “vamos institucionalizar esse país e para isso é preciso fazer a reforma agrária. Portanto, nós vamos começar pela revolução agrária”.⁶⁷ Com este ideário em mente, Rangel – deixa o segundo ano do curso de Direito – se dirige para o sertão maranhense e piauiense para organizar uma guerrilha. O novo revolucionário consegue arregimentar duzentos homens (camponeses) para lutar. A estratégia traçada seguia a idéia de que ao arrebentar a revolução no sul, eles desceriam. Todavia com a derrota no Rio de Janeiro e em Natal os guerrilheiros já não tinham muito que fazer. Então, ao se afastar do sertão, Rangel é preso e levado para o Rio de Janeiro, onde fica dois anos detido na cadeia. Após este período é transferido para São Luís, onde por mais oito anos é mantido em domicílio coacto.

Durante o período de reclusão e isolamento, Rangel estuda e trabalha. Talvez a experiência de trabalhar na indústria Martins Irmãos & Cia. e ver como funcionava o chão de fábrica possa ter lhe dado um conhecimento que poucos intelectuais tiveram. Neste momento começa a perceber algo que seria inadmissível para seus companheiros militantes da

⁶⁶ Id, 2005, p. 552

⁶⁷ Id, 1991-1992, p.117

esquerda: “é possível industrializar o Brasil sem reforma agrária”.⁶⁸ De acordo com suas próprias palavras,

A verdade é que o país estava próspero e essa prosperidade, significava uma descoberta fundamental, uma descoberta que ainda hoje passa a ser novidade. Para mim é claro e foi se tornando cada vez mais claro que aquela reforma agrária que nós não fizemos em 30 e que teria que ser feita um dia, não se fazia mais necessária. Ela agora seria muito diferente daquela que nós desejávamos em 30. Isso é uma coisa que atualmente a esquerda que não teve escola não percebe, ainda hoje não percebe que a reforma agrária que eles querem fazer aí é na realidade a reforma agrária que nós não fizemos nos anos 30. E naquele tempo tinha sentido fazer, teria tido sentido fazer, mas não tem mais sentido fazer hoje. Hoje tem que se fazer uma outra reforma agrária, é uma coisa e justamente com as pessoas não pararam sequer para meditar sobre esse problema, é difícil achar solução.⁶⁹

Estas são as idéias resultantes de um período de dez anos de prisão – dois no Rio de Janeiro e oito em São Luís. Este cerceamento de liberdade imposto à Rangel foi decorrente de uma precoce militância política, militância esta que o autor jamais viria a deixar. Foi assim então que Rangel voltou para o Rio de Janeiro, agora não mais como um prisioneiro.

3.2.3 O retorno ao Rio de Janeiro

Ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, em 1945, Ignácio Rangel trabalhou inicialmente como tradutor e também militava na célula Theodore Dreiser do Partido Comunista. Suas idéias, quanto à industrialização brasileira sem reforma agrária, não foram bem recebidas pelos integrantes do partido, que começaram chamá-lo de arrivista. Podemos entender esta atitude na medida em que a “expropriação da terra e sua distribuição aos trabalhadores rurais era o lema principal do Partido e um de seus prediletos instrumentos de agitação política”.⁷⁰ O Partido buscava fazer uma coalizão entre trabalhadores rurais e urbanos. Estes tinham maior poder político, aqueles eram maioria na década de 1940. Assim, feita esta coalizão, os dirigentes do Partido inferiam que poderiam forçar a burguesia nacional a lutar pela industrialização nacional acelerada, ou seja, colocá-la em luta contra o imperialismo. Sobre a passagem de Rangel no Partido Comunista Gilberto Paim afirma,

A célula Theodore Dreiser foi criada no segundo semestre de 1945 e durou até fins de 1946. Sua dissolução foi atribuída a não-aprovação pelo Partido de uma proposta de Graciliano Ramos sobre a formação de um grupo, que deveria incumbir-se da

⁶⁸ Ibid, p.117

⁶⁹ Ibid, p.118

⁷⁰ PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – Um intérprete original da realidade brasileira. In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1.:1994:Florianópolis, SC) **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos...[et al.]; Armen Mamigonian, org. – Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. p.7.

leitura dos manuscritos de autores novos com vistas à descobertas de talentos. O secretário da Organização, fazendo uso de seu poder absoluto, teria condenado a idéia e, por isso, mandado fechar a célula. Creio que o motivo real foram as teses heréticas de Ignácio Rangel, que se recusara a acatar a ordem da liderança no sentido de mudar-se do Rio para São Luís, onde deveria permanecer como funcionário do Partido, obediente à sua direção Nacional.⁷¹

Logo após este incidente político, Rangel foi convidado a participar da Assessoria do Governo Dutra, no início de 1947, todavia, tal convite não foi aceito e o autor continuou a estudar a problemática da industrialização brasileira. Em 1950, foi convidado por Rômulo de Almeida para trabalhar na Assessoria Econômica da Confederação Nacional da Indústria. Já no ano seguinte, foi convidado para participar da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas⁷² com o específico fim de redigir uma lei sobre o babaçu. Neste momento se aproximou de Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, destacados assessores do presidente, com quem trabalhou nos projetos da Eletrobrás e da Petrobrás. Segundo o próprio autor, estes projetos vieram à sedimentar as bases do Programa de Metas de Juscelino.

Com a regulamentação da profissão de economista⁷³, por Getúlio Vargas em 1951, apenas três eram as formas de receber o título de economista “pelo curso regular; ter sido professor de Economia ou exercido função de economista no poder público ou função paralela durante pelo menos cinco anos, ou por notório saber, que foi meu caso”.⁷⁴ Em 1953, como Rangel ainda não havia trabalhado cinco anos como economista e não possuía o diploma deste curso, para poder exercer funções que a nova lei regulamentava escreveu um livro. Escreveu *Dualidade básica da economia brasileira* (segundo o autor em quatro finais de semana) e o submeteu ao exame do Conselho Regional de Economistas profissionais. Com base neste livro, em 1954, ganhou a bolsa de pós-graduação para estudar economia na CEPAL. Todavia, veio a receber o título de economista apenas em 1958.

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek, Ignácio Rangel estava ligado ao BNDE⁷⁵ e ao ISEB⁷⁶. O autor “chefiava o Departamento Econômico do ISEB que era o órgão que

⁷¹ Ibid, p.8

⁷² Assessoria Econômica da Presidência da República, organizada por Rômulo de Almeida em 1951. Tinha por objetivo estudar a situação da economia nacional e elaborar uma política energética para o país.

⁷³ Lei n.º 1.411, assinada por Getúlio Vargas em 13 de agosto de 1951.

⁷⁴ RANGEL, Ignácio. **Um fio de prosa autobiográfica**. Correa Rossini, Introdução, UFMA, Sioge, vol. 1. Revista do BNDES, 1, junho, 1994. p.6.

⁷⁵ Instituição financeira – de fomento ao desenvolvimento econômico – do governo federal criada em junho de 1952, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Passou a chamar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em maio de 1982.

⁷⁶ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Possuía autonomia administrativa e plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Desapareceu em 1964.

fazia, que forjava a ideologia do JK”.⁷⁷ Neste momento influenciou o presidente a criar a comissão de povoamento de eixos rodoviários, que segundo ele, como consequência, deu origem à SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Quanto ao Governo Jânio Quadros, Rangel afirma que o presidente chamou-o para trabalhar nos projetos relacionados à questão agrária, mas o curto mandato presidencial de Jânio não permitiu a realização destes trabalhos. Já no Governo de João Goulart, dizia Rangel,

Eu tive uma relação mais íntima do que qualquer um dos dois anteriores. João Goulart no fim queria por força achar que era tempo de eu assumir o Ministério. Eu mostrei que não tinha sentido isso e que eu tinha outras tarefas para fazer e que ele me desse permissão para executá-las.⁷⁸

Nesta subseção descrevemos as principais atividades políticas exercidas por Ignácio Rangel. Estas estavam correlacionadas com sua atividade de trabalho após os anos 50, ou seja, seu trabalho e militância política estavam fundidos. É claro que o autor não terminou suas atividades políticas e intelectuais no início da década de 1960, todavia, os limites impostos pelo objetivo do trabalho não requer que nos aprofundemos mais na biografia do autor. Assim, na próxima seção, focaremos a análise da política econômica brasileira.

3.3 A política econômica do II Governo Vargas (1951-54): a fonte de inspiração de Rangel

Na seção anterior do presente capítulo remontamos os primeiros anos de formação e as raízes intelectuais de Ignácio Rangel. Em sua última parte, descrevemos o início da carreira do autor como técnico economista, período este, situado entre as décadas de 1950 e 1960. Estes anos em que Rangel atuou no aparato estatal nos serviram como um recorte cronológico para analisar a economia brasileira.

Focaremos nesta seção o Segundo Governo Vargas, momento em que Rangel atuava junto à Assessoria Econômica deste presidente e, simultaneamente, escreveu *Dualidade básica da economia brasileira* (1953). Desta forma, conhecendo a conjuntura econômica, estaremos adquirindo instrumentos para analisar como Rangel buscava intervir, com sua obra, em seu contexto histórico.

⁷⁷ RANGEL, 1991-1992, p.119

⁷⁸ RANGEL, 1991-1992, p.119-120

3.3.1 A eleição de Vargas: as heranças, as promessas e o clima de euforia

Durante a campanha presidencial de 1950, Getúlio Vargas possuía como adversários nas urnas Eduardo Gomes, Cristiano Machado e João Mangabeira, mas no dia três de outubro de 1950, foi ele que ganhou as eleições.

Ao reassumir a presidência, Vargas foi

consagrado por grande apoio popular que se manifestou espontaneamente no carnaval com o sucesso da marcha *Retrato Velho*, composta em sua homenagem. A marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto dizia em seus versos. “Bota o retrato do velho outra vez / Bota no mesmo lugar / O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar.”⁷⁹

A conjuntura que se materializava se mostrava animadora para economia brasileira. Por um lado, havia expectativas de melhora do comércio exterior devido ao aumento do preço do café, assim como uma sinalização de “mudança de atitude do governo norte-americano em relação aos programas de desenvolvimento do Brasil”.⁸⁰ Mas, por outro lado, Vargas herdava do governo anterior a economia em processo de alta inflacionária e com um setor público desequilibrado.

Diante deste contexto, a política econômica de Vargas “foi determinada em consonância com um projeto de governo bem definido, que tornava possível a articulação e hierarquização de forças políticas e interesses divergentes em torno da ação governamental”.⁸¹

A busca por políticas monetárias e fiscais ortodoxas – diminuição da emissão de moeda e aumento da arrecadação fiscal – no biênio de 1951-52 caracterizava-se o primeiro pilar da política econômica de Vargas. Já o segundo pilar estava fundado nos benefícios que a Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) traria. Com os investimentos gerados por esta comissão esperava-se superar os gargalos de infra-estrutura da economia brasileira, conseqüentemente, esperava-se uma maior atração de investimentos ao país sem prejudicar a política econômica austera e ortodoxa.

Durante o período estudado, dois foram os Ministros da Fazenda. De seu início até meados de 1953 a pasta esteve na responsabilidade de Horácio Lafer, com a saída deste, Osvaldo Aranha assumiu o cargo e dirigiu o ministério até agosto de 1954. Assim, nesta seção

⁷⁹ BRANDI, Paulo. Getúlio Vargas. In: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed, ver. e atual. – Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5v. p. 5952.

⁸⁰ VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1990. p. 123.

⁸¹ Ibid, p.123

analisaremos as políticas econômicas adotadas durante estes dois períodos do Governo Vargas.

3.3.2 A política econômica de Lafer

O cenário externo do início do II Governo Vargas era animador para a economia brasileira. Com a CMBEU, novas relações de cooperação estavam postas entre o Brasil e os Estados Unidos, além disto, com o aumento do preço do café em agosto de 1948, esperava-se um aumento das divisas referentes às exportações.

A política cambial adotada neste período mantinha a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada, assim como o regime de licenças para importar. Estas últimas foram altamente liberalizadas e tal ação pode ser explicada pelos seguintes motivos: o primeiro se refere à manutenção da pressão inflacionária e alta propensão a importar da economia brasileira; o segundo pode ser explicado pelo precário abastecimento do mercado interno quanto aos produtos importados, fato ocorrido devido à política cambial que restringia importações desde 1948; o terceiro se caracterizava pela diminuição da demanda por matérias primas no mercado mundial, fato que pode ser explicado devido ao empenho armamentístico dos EUA diante da Guerra da Coréia; o quarto motivo é explicado pela expectativa de aumento das exportações dos principais produtos; e por fim; o último motivo tem sua explicação na posição cambial estável em que o país se encontrava.

A política de concessão de licenças para importação adotada, no biênio de 1951-52, para acalmar a pressão inflacionária da economia deve ser explicada dentro de uma leitura ortodoxa de pensamento. Esta linha de interpretação da economia brasileira postulava que: primeiro, a inflação era derivada da emissão de moeda por parte do governo; segundo, existia a escassez de bens de produção, tornando-se necessária a importação para o aumento da produtividade. Assim,

Nessas condições, a acumulação de amplos saldos de exportação, desacompanhada de medidas fiscais de esterilização monetária (de difícil e lenta adoção) ou de uma contrapartida adequada de importações, constituiria sério fator de inflação a se somar ao déficit orçamentário e à expansão creditícia ocorridos em 1950. (CEXIM, Relatório, 1951 *apud* VIANNA, 1990, p.126).

Contrariamente aos prognósticos da política econômica para os anos de 1951-52, a alta diminuição do nível das divisas brasileiras levou o país para uma crise cambial. De março a julho de 1951, as reservas cambiais brasileiras em dólares saíram de US\$ 162 milhões para

US\$ 43 milhões. Assim, a autoridade monetária interveio na economia reduzindo as licenças para importação.

Todavia, tal medida foi em vão, as efetivações das licenças continuaram altas no segundo semestre de 1951, fazendo com que as reservas cambiais brasileiras atingissem a quantia negativa de US\$ 27 milhões. Ao iniciar o ano de 1952, tais licenças voltaram a ser restringidas e no segundo semestre, do mesmo ano, atingiram níveis equivalentes aos períodos de maior limitação.

Vianna explica as razões da crise cambial que acometeu a economia brasileira,

O que tem iludido muitos observadores da balança comercial brasileira nesse período é a defasagem existente entre a política de licenciamentos do governo e as importações efetivas, derivada do fato de as licenças possuírem vida útil entre seis meses (para bens supérfluos) e um ano (para bens de produção), exigindo prazo extenso, portanto, para que as decisões de restringir a concessão de licenças se refletissem nas estatísticas de importação.⁸²

O resultado da crise cambial refletiu em um déficit de US\$ 286 milhões na balança comercial e um acúmulo superior a US\$ 610 milhões. Entretanto, outros fatores também influenciaram estes números: primeiro, a queda das exportações de algodão devido à crise da indústria têxtil mundial; segundo, diminuição das exportações dos demais produtos brasileiros, exclusive o café; terceiro, aquisição de trigo norte americano devido a diminuição da produção argentina; quarto, despesas adicionais com fretes; por fim, baixo nível de entrada de capital estrangeiro.

A citada crise cambial, que provocou um grande aumento das despesas governamentais abalou o primeiro pilar da política econômica de Getúlio Vargas. Junto a estes fatores, foram somados os problemas referentes ao interior da economia brasileira.

Aspectos internos da economia

Do ponto de vista interno da economia, os objetivos buscados eram cumprir as despesas governamentais, aumentar a arrecadação e fazer uma política fiscal e monetária contracionista. Entretanto, existiam pedras no caminho que levava ao cumprimento destas tarefas. Primeiramente, a política de crédito estava fora do controle do Ministro da Fazenda, ou seja, o presidente do Banco do Brasil não era um aliado de Getúlio Vargas e não restringiu o crédito. Mais dificuldades políticas eram encontradas para aprovar um aumento de impostos no Congresso Nacional. Por fim, surgiram despesas inesperadas para o governo.

⁸² Ibid, p. 127

A primeira dificuldade governamental – em atingir suas metas conforme mostramos no parágrafo anterior – foi a forma de atuação do Banco do Brasil. Esta instituição praticou uma política creditícia de expansionista motivada por dois fatores: primeiro, em 1951 a instituição recuperou parte das disponibilidades antes imobilizadas em empréstimos ao setor público; segundo, em 1952, houve um aumento dos depósitos correspondentes aos débitos em divisas dos exportadores.

Assim, diante deste complicado cenário composto por um colapso cambial, atrasos comerciais em mais de US\$ 600 milhões e fracasso na tarefa de diminuir a inflação, o primeiro pilar da política econômica de Vargas, que já estava abalado, ruiu-se.

As relações econômicas internacionais

O contexto de crise se intensificou no momento em que o General Eisenhower vence as eleições presidenciais nos EUA. Esta mudança veio a transformar – de forma negativa – as relações de cooperação deste país com o Brasil. Assim sendo, no início de 1953, o segundo pilar da política econômica de Vargas – baseado na estabilidade da economia e investimento norte-americano – desmoronou.

O governo também recebia reivindicações políticas e sociais advindas das eleições municipais de 1953. Estas, atreladas com os fatores que destruíram os dois pilares da política econômica varguista fizeram com que o governo abandonasse o projeto inicial. Outros dois objetivos então foram traçados: primeiro, sustentar a estabilidade econômica; segundo, fazer uma reforma ministerial buscando reforçar as bases do governo para novos embates políticos eleitorais.

Neste momento foi assinada, em janeiro de 1953, a Lei 1.807. Conhecida como Lei do Mercado Livre, esta nova norma

concedeu ampla liberdade de movimentos pelo mercado livre de câmbio ao capital estrangeiro no Brasil, além de reconhecer plenamente o direito de reinvestimento, a legislação brasileira para a remessa de rendimentos tornou-se das menos restritivas da América Latina, fato do qual o governo brasileiro era consciente.⁸³

Outra mudança no campo das relações internacionais foi o fim da Comissão Mista Brasil Estados Unidos. Segundo Vianna, tal fato não se deve a virada nacionalista do Getúlio, mas sim a outros fatores externos, são eles: primeiro, o conflito entre o Banco Mundial com o Eximbank; a busca do Banco Mundial em exercer maior influência nas políticas econômicas

⁸³ Ibid, p. 132

dos países demandantes de crédito; terceiro, a mudança da política norte-americana em relação à América Latina sinalizada pela intensificação da Guerra Fria e o abandono da política de financiamento da CMBEU. Assim, dos 41 projetos aprovados pela CMBEU que receberiam US\$ 387 milhões, apenas US\$ 186 milhões foram financiados.

O momento de transição ministerial

No início do ano de 1953, o governo brasileiro recebeu um empréstimo de US\$ 300 milhões do Eximbank. As condições para o recebimento do mesmo eram colocadas da seguinte forma: a amortização deveria ser feita em três anos com parcelas mensais que iniciariam em setembro de 1953; a taxa de juros estipulada era de 3,5% ao ano; e, por fim, o Brasil deveria saldar seus atrasados comerciais até o final do mês de julho de 1953.

Especificamente quanto a Lei do Mercado Livre, esta instituiu um sistema de taxas múltiplas de câmbio flutuante, sendo cinco taxas de exportação e duas taxas de importação. Os objetivos desta lei estavam focados no escoamento da exportação de gravosos e reduzir a propensão a importar.

Quanto à política de crédito, o presidente do Banco Brasil foi substituído e dessa forma a instituição entrava nos moldes do ministério da fazenda. Entretanto, Vianna afirma que os resultados parciais do ano demonstravam um aparente descontrole da economia por parte das autoridades. Explica-se esta aparência com as emissões feitas para financiar os produtos nordestinos, região que passava por um período de seca e também, aos socorros prestados aos bancos dos estados. Todavia, ainda era a situação cambial a maior fonte de desestabilização da economia brasileira.

Resultados da Lei do Mercado Livre

Os objetivos da Lei do mercado livre não foram alcançados. As exportações de produtos gravosos não responderam à desvalorização cambial e as exportações de café diminuíram, pois exportadores e negociadores esperavam uma maior desvalorização cambial para o produto. Desta forma aumentaram-se ainda mais os atrasos comerciais e no que concerne ao empréstimo feito ao Eximbank, a primeira parcela foi paga, todavia a segunda foi cancelada e uma renegociação foi chamada.

A reforma ministerial

Foi num contexto de fracasso quanto à realização dos primeiros objetivos traçados que Getúlio Vargas fez sua reforma ministerial. Acumulavam-se tensões políticas neste momento, dentre elas podemos destacar; a difícil situação econômica, descontentamento dos industriais do sudeste devido a racionamento de energia causado pela forte estiagem; início da greve de 300 mil operários paulistas; e finalizando, a vitória de Jânio Quadros – adversário político de Getúlio – para a prefeitura de São Paulo.

Conforme exposto, os sinais de um governo debilitado eram claros. Vargas deixa os escombros dos dois pilares inicialmente propostos por sua política econômica e parte para uma estratégia de recomposição de forças para as eleições estaduais de outubro de 1954 e para a sucessão presidencial

Com a reforma, Vargas buscou renovar seu prestígio com vários setores da sociedade. Por um lado, acenava à direita ao colocar como Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha e, por outro lado, acenava à esquerda com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, buscando assim recuperar sua popularidade com os trabalhadores.

3.3.3 A política econômica de Aranha

Osvaldo Aranha assume o posto de Ministro da Fazenda no dia 15 de junho de 1953. A tentativa de estabilização buscada por sua política econômica, assim como a de Lafer, era ortodoxa, entretanto, esta possuía uma ênfase no ajuste cambial. Os motivos para medidas desta natureza eram o ritmo decrescente das exportações que causavam o aumento dos atrasos comerciais e a suspensão da segunda parcela do empréstimo feito pelo Eximbank.

A primeira providencia tomada pelo ministro foi homogeneizar o benefício cambial dado às exportações (com exceção do café) com a redução de três taxas mistas até então existentes para uma. A situação do café melhorava, pois o preço teto deste produto havia sido liberado nos EUA, fato que causou um pequeno aumento em sua cotação na Bolsa de Nova York e logo refletiram nas exportações brasileiras.

Quanto à suspensão da segunda parcela do empréstimo feito pelo Eximbank, o novo ministro exigiu a rápida liberação dos US\$ 60 milhões da segunda parcela para renegociar os termos do empréstimo, em contrapartida afirmava a manutenção da política econômica ortodoxa.

Oswaldo Aranha, todavia, possuía problemas para fixar seus instrumentos de política econômica. Por um lado, os problemas cambiais persistiam, por outro, teria que financiar o déficit público sem emitir moeda e expandir o crédito.

Para resolver estes dois problemas, em 9 de outubro de 1953, foi baixada a Instrução 70 da Sumoc. Tal instrução trazia mudanças no sistema cambial brasileiro. Dentre estas, podemos elencar o restabelecimento do monopólio cambial por parte do Banco do Brasil e a extinção do controle quantitativo de exportações, este foi substituído pelos leilões de câmbio.

O sistema de leilões cambiais funcionava através de um mercado de Promessas de Venda de Câmbio (PVC), estas promessas eram resgatadas em leilões públicos e davam aos importadores o direito de adquirir câmbio em um valor e moeda estipulados.

De acordo com a nova norma baixada pela Sumoc, as importações foram classificadas em cinco categorias distintas de acordo com o critério de essencialidade. Todavia, estas cinco categorias podem ser descritas de acordo com três taxas básicas. Conforme Vianna, a primeira seria a

taxa oficial, sem sobretaxa, válida para certas importações especiais, tais como trigo e material ou papel de imprensa; (2) taxa oficial, acrescida de sobretaxas fixas, para as importações diretas dos governos federal, estaduais e municipais, e autarquias e sociedades de economia mista (também petróleo e derivados tinham suas aquisições cobertas dessa forma); e (3) taxa oficial, acrescida de sobretaxas variáveis, segundo os lances feitos em bolsa, para todas as demais importações.⁸⁴

As novas taxas de importações baixadas pela Instrução 70 da Sumoc possibilitaram fazer amplas desvalorizações cambiais. Estas, por um lado, substituíram o controle de importações como instrumento de busca de equilíbrio da balança comercial e, por outro lado, manteve uma manutenção da política de importações seletivas. Por fim, cabe ressaltar que o critério de essencialidade protegia a indústria doméstica.

No que concerne as exportações, duas taxas de câmbio foram criadas. Uma para o café, cotada a Cr\$ 23,32/US\$ e, outra para os demais produtos, cotada a Cr\$ 28,32/US\$.

Em suma, a economia brasileira passava a ter cinco taxas de produtos de importação e duas de exportação. Estas se diferenciavam entre a taxa do café e de outros produtos, aquelas eram classificadas de acordo com o critério da essencialidade.

Por fim, a arrecadação da receita fiscal proveniente dos ágios das promessas de venda de câmbio (PVC) poderia ser utilizada para dois fins: regularização das operações cambiais e

⁸⁴ Ibid, p.140-141

financiamento à agricultura ou financiar os gastos do governo, assim, este continuaria fazendo uma política monetária restritiva.

Os resultados da Instrução 70

A Instrução 70 da Sumoc possibilitou o aumento das exportações, um fechamento positivo do saldo da balança comercial e um aumento das receitas do governo. Estes resultados estavam de acordo com o objetivo de manter uma política fiscal austera.

Entretanto, o ano de 1953 possuía outros problemas de ordem econômica. Durante o primeiro semestre o governo gastou com o aumento obras públicas, com a ajuda à forte seca no nordeste, o aumento do funcionalismo público e com as eleições municipais. Já no segundo semestre os gastos foram feitos com o financiamento de safras, com o pagamento de US\$ 250 milhões referente aos atrasados comerciais e com um financiamento de Cr\$ 5 bilhões ao Tesouro Paulista diante da iminente bancarrota do Estado de São Paulo.

Desta forma terminou o ano de 1953 terminou com déficits na União e nos estados. O aumento das receitas foi menor que dos gastos e, por fim, o aumento da atividade econômica foi menor do que a inflação.

As dificuldades de 1954

O ano de 1954 possuía bons prognósticos quanto ao setor externo. Havia um otimismo quanto às receitas potenciais do café e um clima de confiança quanto à renegociação do empréstimo ao Eximbank. Desta forma, as preocupações se deslocaram para a contenção da inflação que, na época, era identificada (ortodoxamente) como resultado do déficit público, expansão do crédito e do aumento da oferta monetária.

Durante a gestão de Osvaldo Aranha houve expansão creditícia, todavia, seu objetivo ainda era uma política econômica ortodoxa, mas esta foi impossibilitada de ser feita devido à necessidade de atender as contas do Estado de São Paulo, as exigências dos cafeicultores, e por fim, ceder as pressões da indústria que somou perdas com a defasagem existente entre o momento da licitação e aquisição da licença para importar (Instrução 70), assim como com o aumento do salário mínimo.

Dentro do contexto apresentado, os principais problemas de Osvaldo Aranha eram referentes ao café e ao aumento do salário mínimo.

A discussão sobre o aumento do salário mínimo mobilizou muitos setores da sociedade. A UDN, a FIESP, o Conselho Nacional de Economia e, principalmente, Osvaldo

Aranha propunham um aumento de 33%. Entretanto, no dia primeiro de maio de 1954, anunciou de aumento de 100% do salário mínimo.

Já no que concerne ao café, a discussão era focada no preço deste produto. Devido a informações sobre as condições desfavoráveis da meteorologia no ano de 1954 e, conseqüentemente, de uma diminuição das exportações deste produto, criou-se uma expectativa de alta de preços.

Atento a esta manifestação, o governo norte-americano lidera uma campanha contra a especulação dos preços do café. Imediatamente, caem as exportações brasileiras deste produto. O governo brasileiro tentou intervir na questão baixando um decreto que aumentava o preço do café para maximizar a receita cambial, mas tal medida durou apenas 45 dias.

Os problemas referentes ao café brasileiro somavam-se, pois o consumo norte-americano havia decrescido, os problemas climáticos informados não prejudicaram seriamente a colheita, as produções de Ásia, África e América Latina haviam sido superiores às expectativas e, por fim, os norte-americanos deslocaram suas compras para outros países produtores de café ao perceber as manobras aqui forjadas. O somatório destas ocorrências se materializava na pressão que os cafeicultores faziam no Estado para este sustentar o preço do café.

Diante dos fatos citados no parágrafo anterior e perante a intensificação da pressão feita pelos cafeicultores e exportadores, da crise política e das informações recebidas pelo governo quanto a real situação do café o ministro da fazenda cedeu. No dia 14 de agosto, Osvaldo Aranha assina a resolução 99 da Sumoc que fazia uma desvalorização cambial de 27% para as exportações de café.

Tal resolução implicou em uma pequena baixa dos preços do café na Bolsa de Nova York e levando em conta que as exportações deste produto eram maiores no segundo semestre do que no primeiro, o resultado obtido foi um pequeno aumento das exportações do produto.

No tocante dos acontecimentos, em meados de 1954 o programa de Aranha estava comprometido. Estabilizar a situação cambial e combater a inflação com políticas ortodoxas foram objetivos fracassados.

Neste momento tornava-se perceptível o isolamento político de Getúlio Vargas. Todas as expectativas de transformações de seu governo não foram realizadas. De fato, tentar agradar amplos setores da sociedade sem fazer mudanças estruturais, se tornaria difícil num contexto de adversidades econômicas.

Desta forma, os trabalhadores, mesmo com o aumento de 100% do salário mínimo, estavam descontentes com o presidente. As camadas médias urbanas se mostravam

descontentes devido à alta inflação e as acusações de corrupção. O segmento capitalista ligado as exportações se mostrava descontente com o controle de importações e com as desvalorizações cambiais levadas à cabo pela Instrução 70 da Sumoc. As críticas dos industriais iam desde ao aumento dos custos ocasionado pela Instrução 70, a redução da concessão de créditos do Banco do Brasil até, o mais importante, o aumento de 100% do salário mínimo. Por fim, os cafeicultores, que possuíam boas expectativas com a Instrução 70, mas com a diminuição de suas exportações, também entram para os críticos do regime.

Eis os fatores, que não são poucos, que levaram Vargas ao isolamento político. O desenrolar dos fatos nos levam ao suicídio do presidente. Demonstrar se estes fatos causaram a escolha do presidente por se matar, não está dentro dos limites estabelecidos pelo trabalho.

3.4 Industrialização, planejamento e a ação política do técnico economista: a área de influência de Ignácio Rangel

Com esta seção visamos concluir a busca pela *dimensão ilocucionária dos atos de fala* de Ignácio Rangel. Para isto analisamos como foi o envolvimento dos técnicos economistas em suas funções governamentais. Entretanto, antes desta análise, com o objetivo de contextualizar o surgimento do planejamento econômico no Brasil, discorreremos brevemente sobre as primeiras experiências desta prática, ocorridas desde o final da década de 1930, até a formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951).

Após este pequeno bosquejo, apontamos como se dava a atuação do técnico economista no governo e quais eram suas principais distinções com outros técnicos.

3.4.1 As origens do planejamento econômico

A literatura econômica indica a década de 1930 como o marco inicial da industrialização brasileira. Enquanto a crise econômica se desenrolava no mundo, no Brasil, se iniciava o processo de substituição industrial de importações.

Por certo, não podemos afirmar que o início da industrialização brasileira foi planejado, pois esta surgiu como resposta a uma crise econômica. Todavia, depois de instaurado o processo de industrialização, as discussões sobre a necessidade do planejamento econômico vieram a reboque.

Assim, no ano de 1939, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. “Segundo Aníbal Vilela e Wilson Suzigan, o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional pode ser considerado

como a primeira experiência de planejamento global dos investimentos públicos, tendo marcado a entrada do governo na área das indústrias de base.”⁸⁵

Após este primeiro plano, vieram inúmeros outros buscando fazer um diagnóstico da economia brasileira e, desta forma, planejar o desenvolvimento econômico. Planos estes que, em geral, sempre estavam em consonância com os interesses norte-americanos. Assim aconteceu com a Missão Coke (1942), com esta, o governo brasileiro negociava seu apoio ao esforço de guerra norte-americano para receber em contrapartida investimentos no parque industrial. Já em 1948, a Missão Abbink, contextualizada num momento de pós-guerra, mudava seu diagnóstico em relação ao Brasil. Neste momento, o governo norte-americano já não tinha interesse em financiar o parque industrial brasileiro e sugeria a manutenção de uma estabilidade financeira para se atingir o desenvolvimento econômico.

Por fim, em 1951, em um novo contexto histórico, iniciam-se os trabalhos da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos. Esta nos convém detalhar um pouco melhor, pois está diretamente ligada ao período de análise do trabalho.

Nos início da década de 1950, o governo brasileiro solicita ao governo norte-americano um financiamento para um programa que visava reequipar os setores de infraestrutura da economia. O resultado da solicitação foi a criação de um grupo de técnicos de ambos os países. Tal grupo visava além de fazer investigações e análises – como já havia sido feita pelas missões anteriores – prestar assistência técnica, ou seja, auxiliar como chegar aos objetivos mais concretos do desenvolvimento econômico.

Nestes anos, os EUA se encontravam num novo período de esforço militar para intervir na Guerra da Coreia. É dentro deste contexto histórico que deve ser entendida a cooperação deste país com o Brasil. Este não enviou tropas à Coreia, todavia fez “uma série de acordos com os norte-americanos sobre minerais estratégicos”⁸⁶ assim, auxiliando o esforço militar.

Como ressaltamos na seção anterior, a CMBEU era um dos pilares da política econômica do Governo Vargas e seus investimentos seriam canalizados para romper os pontos de estrangulamento da economia brasileira. Por fim, cabe salientar que a

⁸⁵ Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. In: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5v. p. 4710.

⁸⁶ CALICCHIO, Vera. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. In: Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed. ver. e atual. – Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5v. p. 1466-1468.

contribuição técnica da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, assim como as missões que a antecederam, representou contudo um importante papel: o de formar uma equipe de técnicos nacionais aptos a elaborar projetos para o desenvolvimento econômico do Brasil. Esse grupo, que mais tarde fundou o Consultec, elaborou todos os projetos do BNDE, base para o futuro Conselho de Desenvolvimento que preparou o chamado Programa de Metas do governo Kubitschek.⁸⁷

Além dos técnicos formados na CMBEU, havia aqueles que faziam parte da recém criada Assessoria Econômica Vargas. Estes dois grupos técnicos trabalhavam para manter eretos os dois pilares do plano de governo varguista – citados na seção anterior.

Dessa forma, dedicamos as próximas linhas à caracterização dos técnicos, assim como, a análise da ação política de um grupo específico destes.

3.4.2 O planejamento econômico e seus atores

Os anos após a II Guerra Mundial foram marcados por um clima de internacionalização das discussões e polarização das opiniões quanto ao planejamento econômico no Brasil. Contribuíram para este fato as missões internacionais que aqui estiveram (Coke em 1942 e Abbink em 1948), a vinda do escritório da CEPAL para o Brasil (1948) e a formação da CMBEU (1951).

Diante desta internacionalização e polarização, Lourdes Sola, em sua obra *Idéias econômicas e decisões políticas*⁸⁸, divide os técnicos economistas em dois grupos: os *nacionalistas* e os *cosmopolitas*. Os critérios utilizados para esta classificação são dois: “o projeto de desenvolvimento capitalista que propugnavam para o Brasil e o modo de inserção do país no sistema econômico e político internacional que postulavam.”⁸⁹

A autora também procura defender a tese de que a diferença – entre nacionalistas e cosmopolitas – só se acentuou após o suicídio de Vargas (1954). Não discutiremos tal tese, nos basta saber – para atingir os objetivos do trabalho – que esta distinção já existia no Governo Vargas.

Cabe ainda que ressaltar que Ignácio Rangel era caracterizado como um nacionalista devido o modo de inserção no poder estatal, através da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas e também por propor o intervencionismo estatal na economia.

⁸⁷ Ibid, p.1468

⁸⁸ SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998. p.131-132.

⁸⁹ Ibid, p.131

3.4.3 A atuação do técnico economista nacionalista

Lourdes Sola procura defender a idéia de que os técnicos nacionalistas eram produtores de ideologia. Para entendermos bem esta afirmação, devemos verificar o que a autora entendia por “nacionalismo” e por “ideologia”. Quanto ao primeiro termo, a autora o define de acordo com um projeto de desenvolvimento. Assim,

O termo nacionalismo é usado aqui no seguinte sentido: tratava-se de um projeto moderadamente autárquico, patrocinado por um Estado forte, representante da nação. Um projeto que não excluía, de forma alguma, a participação do capital estrangeiro: ele seria bem-vindo desde que disciplinado por um sistema de prioridades predeterminadas consistentes com o “interesse nacional”. Pode-se distinguir algumas variantes dessa tendência a partir dos seguintes critérios adicionais: em função dos graus de liberdade ao capital estrangeiro, da ênfase, mais ou menos exclusiva, na meta de industrialização ou na combinação desta última com o objetivo de redistribuição de renda.⁹⁰

Quanto ao segundo, a autora afirma que “o termo ideologia é usado aqui em um sentido preciso e privilegiado pelos técnicos em pauta, ou seja, como um sistema articulado de proposições e valores que servem de fundamento para a interpretação e a transformação da realidade.”⁹¹

Prosseguindo o raciocínio, a autora demonstra que os técnicos nacionalistas tiveram uma forte influência do pensamento criado pela CEPAL, pois, da mesma forma como a teoria propagada por esta instituição, estes técnicos viam o subdesenvolvimento como um estágio a ser superado, correlacionavam o desenvolvimento econômico com o político – na medida em que o primeiro influenciaria na formação de um mercado interno e na internalização das decisões – e, por fim, postulavam que o mercado jamais reverteria o subdesenvolvimento.

Este grupo acreditava que somente o Estado poderia ser o protagonista do desenvolvimento no Brasil. De acordo com esta premissa, estes técnicos buscavam inserir-se nos principais centros decisórios da época, são eles: a Sumoc, o BNDE e o Banco do Brasil. Além de estarem dentro destes centros, tais técnicos, faziam um intercâmbio de informações para possuírem uma visão totalizante das instituições.

⁹⁰ Ibid, p.134

⁹¹ Ibid, p.46

O acesso ao poder pelos técnicos nacionalistas

Durante as décadas de 1940 e 1950, os técnicos nacionalistas chegaram ao poder como membros da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, esta que tinha como seus representantes mais ilustres Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira.

Segundo Lourdes Sola, a referida assessoria se integrava com um círculo intelectual altamente politizado – o Clube dos Economistas – tal clube buscava criar uma visão crítica da realidade econômica brasileira. Os critérios de acesso ao clube eram três: afinidade ideológica, possuir uma abordagem keynesiana de política econômica, ou seja, intervencionista e, finalizando, “a crença na *superioridade técnica do saber científico e na competência técnica como requisitos indispensáveis não só para a formação de uma perspectiva de análise suficientemente global e adequada do sistema socioeconômico mas como fundamento das diretrizes de política econômica.*”⁹²

Desta forma, estes técnicos tinham uma identidade e, por isso, cooperavam entre si. Ao debater intelectualmente buscavam transmitir técnicas científicas para a pesquisa econômica. Alguns fatores podem explicar o surgimento desta agremiação, tais como a pouca tradição acadêmica existente no Rio de Janeiro em relação à São Paulo, o domínio neoclássico no ensino da economia no Rio, a origem dos técnicos – em geral de estados pobres – e a percepção de que os técnicos economistas faziam parte de uma nova classe intelectuais que, certamente, estavam inseridos nos centros decisórios, todavia, originária de uma classe média em transformação.

Desta forma Lourdes Sola chega à seguinte conclusão quanto aos técnicos nacionalistas⁹³. Estes,

aparecem em sua plena dimensão como produtores qualificados de ideologia quando se considera a *forma pela qual derivavam sua autoridade frente aos demais atores políticos*. Não o faziam na qualidade de portadores de um projeto político e partidário, mas, ao contrário, diferenciavam-se dos outros setores da elite intelectual (como por exemplo o ISEB) pelo fato de formularem diretrizes ‘cientificamente fundamentadas’ para um projeto de desenvolvimento compatível com a integração mais ativa do ‘povo’ ao processo econômico e ao sistema político e como um dos principais beneficiários (‘juntamente com a classe empresarial nacional’).⁹⁴

⁹² Ibid, p.145

⁹³ A autora, Lourdes Sola, faz a análise dos técnicos economistas nacionalistas, todavia, a referida conclusão também pode ser extrapolada aos técnicos nacionalistas, afinal, estes também estavam inseridos neste debate em que todos os participantes possuíam opiniões políticas formadas e vontade de utilizá-las nas decisões governamentais.

⁹⁴ Ibid, p.151

A conclusão de Lourdes Sola nos auxilia a entender a atividade dos técnicos economistas como formuladores de ideologia. Entretanto, a explicação feita por Celso Furtado é ainda mais clara. Quando, em uma entrevista, Lourdes Sola se referiu a ele como um tecnocrata, o autor reagiu da seguinte maneira,

Não, não diga tecnocratas [...] sim, técnicos é correto. Tecnocratas não existiam naquele tempo [...]. É um fenômeno dos últimos anos [...]. Foi só nos anos 50 (e não durante o primeiro governo Vargas) que se formaram técnicos em fins [...]. Bem, é a idéia de que a Razão tem seus próprios fins, que vem de Kant, e que é verdadeira. O fato de que o homem tem objetivos não pode ser dissociado de sua capacidade de usar a razão. É por isso que a distinção introduzida por Weber entre a racionalidade dos meios e racionalidade dos fins é tão importante [...].⁹⁵

Ao fazer tal explicação, Celso Furtado estava defendendo, a si e sua classe, de serem conceituados como burocratas do tipo weberiano, estes que exercem uma racionalidade apenas instrumental. Furtado defende sua conceituação como um *técnico em fins*, pois este autor – assim como seus pares – percebia sua atividade, como uma atividade política. Esta, para ser exercida, havia a necessidade de possuir uma competência específica, diferenciada dos políticos profissionais e sempre focada na “tarefa de influenciar tanto opinião pública como a burocracia estatal *de dentro da máquina do Estado*.”⁹⁶

3.4.4 Conclusão parcial

De acordo com que descrevemos nas três seções deste capítulo – de que Rangel era um homem decidido a militar politicamente, que tinha a possibilidade de influenciar os rumos da economia brasileira em seu ambiente de trabalho e que tal influencia estava sendo feita num momento de crise cambial – podemos levantar a hipótese de que o autor ao escrever sua obra *Dualidade básica da economia brasileira*, em 1953, tinha como intenção influenciar os tecnocratas – formuladores de política econômica – do aparato estatal.

Tal hipótese reflete qual era sua intenção ao escrever sua obra. Todavia, para tal hipótese tornar-se mais forte devemos tomar conhecimento da maneira como Rangel buscava fazer tal influência para confirmá-la. Deste modo, durante o próximo capítulo buscamos responder a seguinte pergunta: Como Rangel buscava influenciar os burocratas do aparato estatal? Assim, ao responder esta pergunta encontraremos o conteúdo da intenção do autor.

⁹⁵ Ibid, p.152

⁹⁶ Ibid, p.157

CAPÍTULO 4 – À GUIA DE CONCLUSÃO

4.1 Introdução

Com este capítulo buscamos responder a seguinte pergunta: *Como Rangel buscou influenciar os burocratas do aparato estatal com sua obra Dualidade básica da economia brasileira?* Para responder tal pergunta, partimos da premissa – explicitada na conclusão parcial do capítulo anterior – de que este autor fazia parte de um grupo de técnicos-intelectuais que viam a própria atividade de trabalho como instrumento de ação política.

O livro em estudo, publicado em 1953, pode ser dividido em duas partes. Na parte primeira, o autor apresenta sua *teoria da dualidade básica*. Já na segunda parte do livro, o autor analisa o comércio externo brasileiro a luz de um contexto histórico de crises cambiais e mudanças institucionais. A primeira parte, do citado livro, foi explicitada no segundo capítulo deste trabalho. Explicitar a segunda parte da obra de Rangel é o objetivo deste capítulo e, assim responder a pergunta com que este se inicia.

4.2.1 Indicações de Rangel para a atuação do Estado na economia

Um período de crise do regime

A análise rangeliana nos mostra que durante a década de 1950 a economia brasileira passava por um período de crise do regime. Devido às grandes transformações decorrentes da industrialização, o Brasil se encontrava numa difícil situação: exportar – para adquirir reservas cambiais – para continuar o processo de substituição de importações. Todavia o mercado externo, cada vez mais independente, necessitava cada vez menos dos produtos brasileiros.

De acordo com a teoria da dualidade, Rangel afirma que havia chegado o momento de do Brasil transformar suas relações externas, assim como havia ocorrido, em 1808, com a Abertura dos Portos.

Para o autor, o mercado internacional estava desequilibrado, na medida em que, os países periféricos (tais como Brasil) tinham uma necessidade maior de importação do que a capacidade de exportar seus produtos. Diante deste fato, o autor afirma, que a taxa de câmbio deixa de ser um bom instrumento de comparação de valores, pois num contexto de desequilíbrio do mercado internacional, alguns países – com alta dependência de produtos

externos – são levados a vender seus produtos por um preço muito menor do que o custo de produção e, assim possam manter as importações necessárias.

Esta venda de produtos feita abaixo de seu custo de produção pode ser efetivada pela desvalorização do câmbio e quem tinha o poder para fazê-la era o Estado. Diante da constatação de que o Estado auxiliava o comércio externo, Rangel lança a proposição de que esta atividade deveria ser feita, exclusivamente, por este ator. Tal proposição era fundamentada com o argumento de que somente o Estado possuía o conhecimento de toda economia de um país – diferentemente do setor privado – e, assim, mediante informação técnica especializada, poderia escolher qual setor da economia nacional que deveria ser mais beneficiado no comércio internacional.

Assim, Rangel ficou entusiasmado com a Instrução 70 da Sumoc. Esta que foi festejada por muitos adeptos do liberalismo, também podia ser festejada pelos adeptos do estatismo. Com esta instrução o Estado apoderou-se de instrumentos do comando da economia, tais como, o leilão de câmbio, o acesso a uma alta parcela da renda nacional e, por fim, se tornou comerciante.

A leitura que Rangel fazia da economia brasileira juntamente com o seu entusiasmo com a Instrução 70 da Sumoc podem correlacionados com suas indicações para a atuação do Estado na economia. E, a partir destas responder as pergunta feita no início do capítulo.

Rangel propunha uma intervenção cada vez maior do Estado no comércio exterior afim de que este se tornasse mais inteligível, pois funcionava sob a rubrica de uma taxa de câmbio desvalorizada. Sugeriu uma atuação do Estado como um real comerciante, no momento em que este compraria produtos no mercado interno para vender no mercado externo.

Assim, diante da análise do texto do técnico-economista e da atuação que este vinha tendo no aparato estatal, podemos afirmar que o autor da obra *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, buscava influenciar os burocratas do Estado com idéias intervencionistas.

4.2 Conclusão

Com o presente trabalho buscamos encontrar as intenções autorais de Ignácio Rangel ao escrever sua obra *Dualidade básica da economia brasileira*. Após a apreciação da construção teórica, da formação intelectual do autor, da jovem militância política e da militância política que sua profissão o permitia – como técnico economista nas décadas de 1950-60 – apreciamos as proposições de política econômica que o autor fez em sua obra. Estas que versavam sobre um intervencionismo do Estado na economia.

Parece-nos plausível afirmar que o autor em estudo tinha a intenção de intervir no debate econômico da época com sua obra. Este debate, além de estar inserido na arena econômica, era um debate extremamente politizado, pois, neste momento, discutia-se a industrialização brasileira e o caráter da atuação do Estado perante este processo. Este debate estava colocado em dois níveis: o teórico e o da ação, pois aqueles que publicavam livros eram os mesmos que dirigiam as instituições formuladoras da política econômica.

Diante de uma visão um pouco mais ampla do processo, além do debate entre economistas, podemos perceber correntes ideológicas que buscavam ter o poder das instituições econômicas do Brasil. De um lado, estavam os cosmopolitas ou monetaristas que tratavam das relações internacionais entre Brasil e EUA. Assim, a CMBEU possuía em seu entorno os técnicos adeptos do liberalismo econômico. De outro lado, percebemos instituições como a CEPAL, a Assessoria Econômica de Vargas e o BNDE, estas buscavam fazer o estudo profundo da economia brasileira. Munidas de tal conhecimento e da defesa do intervencionismo estatal, tinham por objetivo fomentar a industrialização no país. Este espectro do Segundo Governo Vargas era um excelente local para o debate. Mas, se polarizarmos o mesmo de maneira estrita, não podemos incluir o autor em estudo dentro de nenhum dos pólos, pois este possuía crítica para ambos os lados.

Talvez por isso, podemos inferir que escolha do método utilizado neste trabalho foi acertada. Para entender o pensamento de Ignácio Rangel é necessário contextualizá-lo no debate em que o autor estava situado. A leitura de Rangel sobre a inflação brasileira divergia da leitura dos monetaristas e estruturalistas. Aos cepalinos criticava alguns métodos de planejamento e de tomada de decisões. Possuía uma interpretação diferente destes dois grupos quanto à reforma agrária. Assim sendo, concordamos com a idéia de Ricardo Bielschowsky de que Ignácio Rangel é um pensador independente da economia brasileira e, acrescentamos também que, para melhor entender suas idéias existe a necessidade de contextualizar a formação do autor, conjuntamente com sua atuação profissional. Tal procedimento foi utilizado de forma mais geral por Lourdes Sola ao analisar o conjunto dos técnicos economistas.

Quanto à importância do estudo da *teoria da dualidade* de Rangel para o entendimento da formação econômica do Brasil cabe fazermos algumas considerações. Não foi objetivo deste trabalho analisar a veracidade ou não deste teoria, entretanto cabe-nos ressaltar a importância da mesma dentro de seu contexto. Tal teoria foi uma análise da economia brasileira construída dentro do Brasil por um pensador brasileiro. Este em seus textos criticava, de antemão, a importação de modelos estrangeiros para a análise de nossa realidade.

Se por um lado não afirmamos a validade da teoria, por outro lado, asseguramos que esta é uma interpretação do Brasil extremamente complexa que leva em consideração as transformações da economia e sociedade brasileira ao longo da história e que, também apreende as diferenças regionais existentes dentro de nosso próprio território. Por fim, cabe ressaltar que a teoria criada por Rangel é um manifesto político em torno da intervenção do Estado na economia no momento em que representantes do poder conservador estavam escalando os degraus do poder estatal.

Finalmente, recomendamos o estudo da obra de Ignácio Rangel a todos aqueles buscam conhecer a formação econômica do Brasil de maneira profunda e historicamente embasada. Todos os escritos do autor são amparados pela *teoria da dualidade básica da economia brasileira*. Desta forma, temas como inflação, planejamento econômico, industrialização e a evolução do capitalismo no Brasil tornam-se mais profundos ao ganharem um contorno histórico e sistematizado. Assim, estudar Rangel torna-se um importante passo para a compreensão da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989.* Rio de Janeiro, Campus, 1990

ABREU, Alzira Alves de... [et al.]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** Ed, ver. e atual. – Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 5v.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.** 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480 p.

MAMIGONIAM, Armen. **Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel.** GEOSUL, Florianópolis, n. 3. 1º sem. 1987, p.63-71.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 288p.

RANGEL, Ignácio. **Entrevista com o professor Ignácio Mourão Rangel.** GEOSUL, Florianópolis, n. 12/13. 2º sem. 1991 e 1º sem. 1992, p. 103-130. Entrevista concedida a Armen Mamigonian, Maria Dolores Buss, Raquel Fontes do Amaral Pereira, Everton Vieira Machado e José Messias Bastos.

_____. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, (v.1), 742p.

_____. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, (v.2), 762p.

_____. **Um fio de prosa autobiográfica.** Correa Rossini, Introdução, UFMA, Sioge, vol. 1. Revista do BNDES, 1, junho, 1994. p.6-15.

SILVA, Ricardo. **Pensamento político e história intelectual: o contextualismo lingüístico e o debate metodológico contemporâneo.** Florianópolis, 25p. Trabalho não publicado. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1: 1994: Florianópolis, SC). **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos...[et al]; Armen Mamigonian, org. - Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. 186p.

SOLA, Lourdes. **Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998. 449p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 350p.